

Bloco 2

Trabalho socioeducativo: concepções básicas na elaboração metodológica

Este bloco apresenta quatro textos que discutem diretamente as questões centrais que configuram a elaboração metodológica para o trabalho socioeducativo com famílias inseridas em programas de transferência de renda. Estão em destaque o entendimento dos territórios da cidade como chão da política pública, as circunstâncias que definem as possibilidades de fortalecer famílias, a interdisciplinaridade como condição da prática social e a articulação dialética entre subjetividade e objetividade, indivíduo e sociedade.

Texto **5**

Território e políticas públicas

Dirce Koga
Frederico Ramos

Introdução

Uma característica importante que marcou a implantação do Programa Fortalecendo a Família de São Paulo — PFF/SP/SP, no final de 2002, foi a preocupação em priorizar os distritos mais excluídos da cidade e que, no momento, ainda não haviam sido contemplados com programas de transferência de renda pelo governo local.

Essa preocupação também esteve presente na descrição dos objetivos e intenções metodológicas da Secretaria Municipal de Assistência Social — SAS, que estabeleceu o convênio com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo — PUC-SP para desenvolver o trabalho de acompanhamento das famílias por meio de uma metodologia socioeducativa.

A identificação dos distritos com maior grau de exclusão social baseou-se na última pesquisa do *Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo — 2002*, produzida pela PUC-SP, em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais — Inpe e Instituto Pólis¹.

A utilização de instrumentos territorializados de análise da realidade local passou a ser incorporada de forma mais efetiva pela atual administração pública de São Paulo na gestão da assistência social. O próprio Plano Municipal da Assistência Social — PLAS 2002/2003 deixou clara a perspectiva territorial na definição das metas da política de assistência social para a cidade de São Paulo. Nessa direção foi construído o *Mapa da vulnerabilidade*

¹ Desenvolvida pelo Núcleo de Seguridade e Assistência Social da PUC-SP, sob coordenação da Profa. Aldaiza Sposati, em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais — Inpe e Instituto Pólis.

social no município de São Paulo, uma parceria da SAS com o Centro de Estudos da Metrópole — CEM, do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento — Cebrap, que diagnosticou oito grupos de vulnerabilidade na cidade².

Se até então a assistência social se pautava na definição de demandas classificadas por segmentos ou necessitados, na perspectiva 2002/2003 procurou-se definir as diretrizes da política com base na territorialização das necessidades sociais a serem alcançadas ou cobertas pela assistência social.

A perspectiva territorial expressa-se num contexto de busca por maior efetividade, transparência da política pública. É um fator integrante para consolidação da assistência social enquanto política pública, de direito, no sentido de considerar a dinâmica socioterritorial presente na cidade.

Essa contextualização se faz necessária para situar no tempo e no espaço o significado que o território vem ganhando nas políticas sociais, cujo debate passa a ser incorporado por diferentes setores da sociedade. Trata-se não apenas de uma discussão semântica, mas essencialmente do seu papel/sujeito nas políticas públicas.

Compreender esse processo na cidade de São Paulo, no âmbito da política de assistência social, é fundamental para relacioná-lo com os objetivos propostos pelo PFF/SP/SP.

A nova territorialização de São Paulo

No início da década de 1990, o então governo municipal da cidade de São Paulo reforçou a matriz da descentralização. Fez isso ao destacar o papel central da Secretaria das Administrações Regionais — SAR como lócus de experiências de descentralização do processo participativo da divisão da cidade em distritos, por meio de planos regionais.

Destacou-se como produto dessa experiência, o estudo *A nova territorialização de São Paulo*, de 1991, que retrata o processo de discussão com a cidade sobre o tema.

Dessa forma, a preocupação com o uso do território faz parte também da história da cidade, cujo debate vem sendo acumulado ao longo do tempo com diferentes atores, sejam eles da administração local, das concessionárias, das organizações populares, dos centros de pesquisa.

Com a Lei 10.932 de 15 de janeiro de 1991, consolidou-se o processo de territorialização da cidade, com 96 distritos, incorporados pelo Censo Demográfico do IBGE de 1991. São Paulo foi a primeira cidade brasileira a ter seus resultados divulgados desagregadamente de acordo com territórios oficiais da cidade.

Todo esse processo revelou a necessidade urgente em assumir um novo modelo de gestão que considerasse a dimensão da megacidade e suas altas desigualdades intraurbanas.

² O projeto *Mapa da vulnerabilidade social no município de São Paulo* buscou identificar as diferentes condições de carências sociais por meio da análise da distribuição da estrutura socioeconômica no espaço urbano. Para maiores informações, consultar www.centrodametropole.org.br.

Nesse período, se por um lado o território ocupava uma centralidade no campo da geopolítica administrativa, hoje seu papel ganha força na perspectiva da gestão das próprias políticas, tendo em vista, por exemplo, a preocupação da SAS com a perspectiva territorial da política de assistência social.

Essa matriz relacional entre território e políticas públicas representa uma nova dimensão que pode gerar novas direções de gestão. Michel Autès, um dos autores que mais tem analisado a questão defende que “não se trata somente de uma nova instrumentalidade da política, mas a emergência de outras formas de eficácia política”. (AUTÈS, 1995: 58)

De fato, vale salientar a importância de situar o processo no qual essa matriz relacional aparece, a fim de compreender os objetivos e as razões de sua utilização. No contexto da gestão das políticas públicas locais e especialmente no caso da cidade de São Paulo, pode-se dizer que se trata de uma demanda gerada pela própria dinâmica da cidade e que encontrou ressonância em uma administração preocupada com a democratização da gestão e a garantia do acesso à cidade para todos.

Ainda que setorial, a política de assistência social na cidade de São Paulo inaugura o debate público sobre a questão territorial e traz à tona seus desafios através de propostas como a do PFF/SP/SP. É uma das políticas que lida cotidianamente com os resultados do processo de exclusão social em curso na cidade, e se confronta justamente com os territórios instalados nas suas fronteiras, onde a cidadania é “quase cidadania”.

Trata-se também de uma das políticas onde a proximidade com a realidade vivida pelas populações é uma tônica e a dimensão local, territorial faz parte de todo o trabalho social. Mas, afinal qual ou quais os significados dessa dimensão na concretização das políticas públicas? Essa vertente territorial é capaz de provocar resultados mais eficazes das políticas públicas? Ou seria uma nova nomenclatura para velhas metodologias utilizadas?

Do social ao territorial

Ao tratar a cidade e seus territórios como chão da política pública, a perspectiva de gestão faz girar seu foco para outros ângulos além da setorialidade tradicionalmente definida. O movimento de giro de eixo que esse chão impulsiona ao processo de gestão é que permite perceber o território como mais do que um instrumento do social.

Com essa dimensão e também em função da visibilidade que a questão vem ganhando no debate das políticas públicas locais, alguns cuidados se fazem necessários para clareza de distinções do uso de algumas terminologias referentes ao território. Há estudos de diferentes disciplinas e experiências que merecem ser revisitados não por exercício de semântica, mas pelas implicações dos significados que cada definição termina por engendrar nas práticas cotidianas.

No seminário internacional “Território: globalização e fragmentação”, realizado em 1993, Milton Santos indagava sobre o “retorno do território”, começando por dizer que o que ele tinha de permanente era ser nosso quadro de vida.

“Mesmo nos lugares onde os vetores da mundialização são mais operantes e eficazes, o território habitado cria novas sinergias e acaba por impor, ao mundo, uma revanche. Seu papel ativo faz-nos pensar no início da História, ainda que nada seja como antes. Daí essa metáfora do retorno.” (SANTOS et alii, 1996:15)

Diante desta centralidade dada ao território enquanto seu uso, enquanto arena da oposição entre o mercado e a sociedade civil, e tendo em vista, também, todo acúmulo reflexivo sobre o mesmo, faz-se necessário iniciar o diálogo sobre o tema com Milton Santos, para quem o território em si não é um conceito e sim, vale insistir, o seu uso. Em entrevista para a Fundação Perseu Abramo foi dessa forma que o autor se referiu ao termo:

“O território em si, para mim, não é um conceito. Ele só se torna um conceito utilizável para a análise social quando o consideramos a partir do seu uso, a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam.” (SANTOS, 2000b: 22)

O uso do território pelos sujeitos e a relação entre território e população aparecem de forma clara e contundente nas reflexões de Milton Santos, trazendo um parâmetro importante para a busca de uma conceituação. Ou seja, a noção de território se constrói a partir da relação entre o território e as pessoas que dele se utilizam. Esta indivisibilidade hoje se mostra com uma particularidade extremamente fecunda quando observamos a intensa dinâmica das populações nos territórios.

No caso brasileiro, com base na década de 1990 e nos resultados apontados pelo IBGE³, é interessante notar como, em média, as populações não apontam para um crescimento significativo. Mas, nas particularidades dos territórios, há uma grande diferença de mobilidade: ora para o decréscimo, ora para a explosão demográfica.

Dessa forma, a relação inseparável apontada por Milton Santos entre território e sujeitos⁴, ou território e população, permite uma visão da própria dinâmica do cotidiano vivido pelas pessoas, pelos moradores de um lugar.

“Nunca entendi bem a pergunta freqüentemente feita sobre ‘o povo como sujeito’, embora compareça como questão quase obrigatória na esquerda. O povo como sujeito é também o povo como objeto, sobretudo ao considerarmos o povo e o território como realidades indissoluvelmente relacionadas. Daí a necessidade de revalorizar o dado local e revalorizar o cotidiano como categoria filosófica e sociológica, mas como uma categoria geográfica e territorial.” (SANTOS, 2000b: 121)

Território em si, nesta perspectiva, pode não engendrar significado algum, mas o seu uso e sua interação com os homens pode encher de sentido o termo aqui em discussão.

³ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo 1991, Contagem Populacional 1996 e dados parciais do Censo 2000.

⁴ Embora alguns autores aqui mencionados se refiram ao termo *ator/atores* ou mesmo *indivíduo*, optamos pela adoção do termo *sujeito* na perspectiva colocada por Eder Sader, pensando na noção que emerge no Brasil com o sentido de *agente*, a partir dos discursos presentes nas comunidades de base. (SADER, 1991)

“Numa formulação sintética, Santos enfatiza a necessidade de libertar-nos de visões estáticas do espaço (tais como nos vem condicionando séculos de mapas), ao incluir a componente de processos variantes no tempo como parte essencial do espaço.” (CÂMARA; MONTEIRO; MEDEIROS, 2000:12)

Espaço, lugar e território

Guy Di Méo, da geografia social francesa, tem trabalhado os conceitos de espaço de vida e espaço vivido e baseia a concepção de território sob os aspectos da sua materialidade e de sua representação pelos homens.

Essa dialética defendida por Di Méo, num primeiro momento parece aproximar-se da indissociabilidade entre território e sujeitos abordada por Milton Santos. No seu percurso de análise Di Méo não esconde, por sua vez, a influência de Pierre Bourdieu, quando lembra a dialética “da interiorização da exterioridade” e “da exteriorização da interioridade”:

“[...] o estruturalismo de Pierre Bourdieu (1979, 1980) abre horizontes metodológicos preciosos. Recusando um objetivismo falacioso (e compreendido ao nível das estruturas), como também um subjetivismo estéril que condena a termo todo projeto de ciência social, nós admitimos com ele que os fenômenos aos quais se referem as ciências humanas concernentes a homens bem reais e atuais, vivem em uma época histórica e em uma organização social dadas que determinam seus comportamentos. Estes homens não são objetos inertes, nem sujeitos puros e transcendentais fugindo às leis sociais. Eles formam uma realidade complexa, indissociável entre objetos e sujeitos.” (DI MÉO, 1996: 40)

Assim, Di Méo trata do espaço de vida como aquele onde se desenvolvem as práticas cotidianas do sujeitos em torno de seus locais de moradia, de trabalho, como também de suas práticas episódicas, como lugares de lazer, férias etc. O espaço vivido seria justamente o espaço ilimitado, reconstruído mentalmente pelos sujeitos ou representado pelo seu imaginário.

Também é identificado como espaço global e total que abarca três dimensões: o conjunto dos lugares freqüentados pelo sujeito (o próprio espaço de vida), as inter-relações sociais que se imbricam e os valores psicológicos que são projetados e percebidos. Di Méo vale-se aqui da ferramenta conceitual de “metaestrutura espacial”, que indica a existência de um sistema regulador, de origem social ou socioterritorial, mas também psicológico, forjando a cada um a unidade de seu espaço vivido.

“Territorializar é construir e reconstruir sem cessar pelo comportamento do ator social, materialmente e em suas representações: pelo indivíduo e seu grau de poder ou de influência; para o indivíduo é uma alquimia entre o pessoal e o coletivo, onde nosso aparelho cognitivo não pode inventar tudo.” (DI MÉO, 1996: 21)

O cotidiano como elemento intrínseco ao processo de construção e reconstrução do território ocupa lugar central nas pesquisas de Di Méo. Milton Santos relaciona o cotidiano com o local:

“Na vida de todos os dias, a sociedade global vive apenas por intermédio das sociedades localmente enraizadas, interagindo com o seu próprio entorno, refazendo todos os dias essa relação e, também, sua dinâmica interna, na qual, de um modo ou de outro, todos agem sobre todos.” (SANTOS, 2000b: 122)

É nessa perspectiva que o território ultrapassa sua circunscrição político-jurídica, enquanto Estado-Nação e, por outro lado, não se restringe ao âmbito do chamado “lugar” (*the place*). Este, diferentemente do território, anula a distância. É da sua posição limitada e hermética que surge sua identidade como tal. O território englobaria o lugar ou até mesmo o “não lugar” (como as vias expressas, as estações, os aeroportos) como disse Marc Augé (1994), pois sua edificação envolve as dimensões concretas, materiais (as próprias experiências vividas), como também as dimensões idealistas, de representações do espaço em que se vive.

“Entre lugar e território, a diferença se apresenta mais freqüentemente quanto à escala e à compreensão geográfica. O território geralmente abstraído, idealizado, vivido e sentido mais que visualmente referenciado e circunscrito (quando não se trata de essência estritamente política), engloba os lugares que se singularizam, em sua diferença, por seu valor de uso, por seu alcance real.” (DI MÉO, 1998: 41)

Essa apropriação do território pelo homem ou o seu uso está presente em diferentes análises, apontando para o aspecto dinâmico do território e sua constituição relacional intrínseca entre homem e espaço. Milton Santos enfatizou a categoria território usado como concretização dessa relação dinâmica. (SANTOS; SILVEIRA, 2001)

Apropriar-se do território diz respeito ao aspecto interventivo realizado pelos homens, ao criar e recriar significados em torno dessa apropriação cotidiana. Neste sentido, utiliza-se também o termo territorialidade, enquanto uma maneira singular de se apoderar (apropriar), fazer uso da terra, do território.

A dimensão territorial

Com base em Claude Raffestin, para quem a territorialidade reflete a multidimensionalidade da vivência territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral, Guy de Méo defende que esse conceito nos remete ao campo do sujeito social:

“Ela nos leva à sua lógica pessoal, ao seu espaço vivido, feito de relatos íntimos, reais ou imaginários junto aos lugares, relatos enriquecidos por suas experiências, por suas aprendizagens sociais e espaciais.” (DI MÉO, 1998: 276)

Dessa forma, a territorialidade se faz pelos significados e ressignificações que os sujeitos vão construindo em torno de suas experiências de vida em dado território. Ela faz reportar ao termo “pedaço” utilizado pelo antropólogo José Guilherme Cantor Magnani com base em estudo realizado na periferia de São Paulo (MAGNANI, 1998). As bordas do “pedaço” são fluidas, sem delimitação territorial precisa:

“O termo na realidade designa aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a fundada nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade.” (MAGNANI, 1998: 116)

Essas diferentes interfaces do território vêm denotar não somente sua complexidade, mas também sua riqueza para o campo das políticas públicas. Isso no sentido de representar outros parâmetros que ultrapassem a segmentação de demandas ou a focalização de ações. A dimensão territorial traz elementos que permitem uma perspectiva de totalidade da questão social. Trabalha não somente com os aspectos das necessidades, como se refere às próprias relações estabelecidas entre os sujeitos e seu cotidiano de vivência. Esta relação dinâmica se contrapõe à noção corriqueira e simplista de políticas direcionadas aos pobres que costumam referir-se a eles como necessitados ou carentes, o que os destitui da condição de sujeito. Dessa forma, o território diz respeito não só aos aspectos objetivos da realidade vivida pelas populações, mas envolve igualmente sua dimensão subjetiva, que aparece de forma também concreta através das manifestações de sofrimentos, desejos, expectativas etc.

Polêmicas e desafios para a gestão

Ao tratar de políticas públicas, é fundamental levar em conta as diferenças internas existentes em cada localidade, em, especial nos contextos de altas desigualdades sociais. Não basta, nesse sentido, escolher como foco a pior das piores situações, pois a relação é dinâmica e diferenciada entre as condições de vida de cada lugar.

Os modos de gestão das políticas públicas no Brasil sofreram uma forte tendência à focalização, notadamente nos anos de governo de Fernando Henrique Cardoso. Nesse período surgiram metodologias de medição da pobreza e da indigência e até mesmo medidas de desenvolvimento humano, não raro sob influência de cálculos praticados por organismos multilaterais, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional ou o Programa de Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas — ONU/PNUD.

A lógica adotada para eleger as prioridades das políticas sociais passou por essas medidas, tidas como referência de corte para determinar os critérios de elegibilidade, tanto para o chamado público-alvo, como para os territórios prioritários.

Medições restritivas

Tais medidas em geral são baseadas no corte de renda. Indicam linhas de base para a definição de pobres e indigentes. A preponderância do indicador renda restringe o próprio fenômeno da pobreza, ao relacionar as condições de vida de uma população ao seu acesso ao mercado. Os direitos de acesso aos serviços básicos de responsabilidade do Estado passam como adjacências ou entram na composição da chamada “cesta básica” de necessidades a serem satisfeitas a partir de uma lógica de custo do serviço. Num pressuposto de que se trata de serviços a serem adquiridos e não necessariamente usufruídos no âmbito de direitos garantidos pelo Estado.

Essa composição concebe um raciocínio de condições básicas de vida ou de cidadania sustentada pelo indicador de acessibilidade que, por sua vez, baseia-se na capacidade de compra de cada cidadão para ter suas necessidades satisfeitas. A “cesta básica” não prevê que o Estado deva garantir alguns padrões básicos de condições de vida dos seus cidadãos. Haveria, sim, um conjunto de necessidades a serem satisfeitas pelo próprio indivíduo.

O uso dessas medidas como referência das políticas sociais pode conduzir a escolhas restritivas. O olhar da medida é dirigido para a capacidade individual e não societária onde se processa o fenômeno da pobreza ou da exclusão social.

Em contextos e situações de altas desigualdades sociais como é o caso brasileiro, a presença ou a conquista de direitos a acessos básicos, como saúde, habitação, saneamento, educação, assistência social, esporte, lazer fazem grande diferença na medida das condições de vida. É uma questão de combinar condições individuais de vida à acessibilidades coletivas territoriais.

As medidas normalmente utilizadas com base no potencial de aquisição não consideram esse aspecto coletivo no cálculo da linha de pobreza ou indigência. A princípio, todos os cidadãos partem de um contexto homogêneo de análise, que é sua própria condição individual de vida.

Alguns resultados de adoção de linhas de pobreza, indigência e desenvolvimento humano no Brasil podem ser analisados. Por exemplo, a escolha das cidades prioritárias para o Projeto Alvorada⁵. Nesse projeto foram eleitos municípios com mais baixos índices de desenvolvimento humano — em sua maioria, municípios de baixa densidade populacional e localizados na região Nordeste.

Esses critérios terminam por legitimar a idéia de “bolsões de pobreza”, ao considerar os mais pobres dentre os pobres como prioridade das políticas sociais públicas. Nessa perspectiva, a política pública considera que são os mais pobres dentre os pobres os cidadãos que usufruem dos programas, projetos e serviços públicos. Acreditam que os mesmos não têm capacidade monetária de adquirir tais recursos no mercado. Por isso são os alvos privilegiados das políticas.

⁵ Projeto Alvorada: programa desenvolvido pelo governo federal, que prioriza os municípios com mais baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal para ações de combate à pobreza, especialmente no campo da educação e saúde. Para maiores informações, acesse www.mec.br/semtec/ensmed/alvorada.

As populações pobres dos grandes centros urbanos do país passam a não ser consideradas tão prioritárias como as do interior do país. Justamente porque encontram-se em situação talvez um tanto mais privilegiada de acessibilidade, seja ao trabalho ou serviços públicos.

Com a dimensão territorial do país, suas grandes desigualdades regionais e, também, a escassez de recursos a serem direcionados às políticas sociais, o critério dos “bolsoes de pobreza” até poderia ser justificado. Porém, há uma grande contradição nesse tipo de critério de elegibilidade territorial justamente pelo fato dos territórios (no caso, municípios) serem avaliados por índices médios e ignorados na sua diversidade populacional. Assim, um município de 5 mil habitantes é considerado em seu índice médio como São Paulo com seus 10,4 milhões de habitantes.

A questão não está na opção pelos índices (IDH, linha de pobreza, indigência, exclusão social), mas na metodologia pela qual são aplicados, sem levar em conta a dinâmica social, demográfica, territorial, enfim, que perpassam as realidades das cidades brasileiras.

Análises mais sensíveis

Além do conhecimento já acumulado pelas cidades, é preciso atentar para as experiências tecnológicas desenvolvidas, especialmente no que se refere às técnicas de geoprocessamento, que permitem análises socioterritoriais em níveis cada vez mais sensíveis do ponto de vista das parcelas das cidades.

Na cidade de São Paulo, a Prefeitura utiliza desde 2001 a ferramenta do *Mapa da exclusão/inclusão social*⁶ para definir territórios prioritários para desenvolver programas, projetos e serviços de inclusão social, de políticas sociais. A metodologia resultou no estabelecimento de um ranking dos 96 distritos do município. Permite identificar os distritos mais excluídos e os mais incluídos, a partir de um padrão básico de inclusão social definido dentre os diferentes padrões de autonomia, desenvolvimento humano, qualidade de vida e equidade produzidos pela cidade.

Assim, os distritos com maior grau de exclusão social foram escolhidos como prioritários para programas de transferência de renda, como o Renda Mínima, Bolsa-Escola, Renda Cidadã [com aporte de trabalho socioeducativo]. A metodologia também serviu de base para a construção dos 25 Centros de Educação Unificados — CEU, já que se trata de uma proposta de educação vinculada ao cotidiano da comunidade, envolvendo crianças, adolescentes, jovens, idosos em atividades do ensino formal e outras esportivas, culturais, de lazer.

⁶ Trata-se de uma metodologia de pesquisa onde são identificadas as discrepâncias e as condições de exclusão e inclusão social dos territórios da cidade, a partir de um padrão básico de inclusão social definido coletivamente. A metodologia é desenvolvida desde 1995 e já foi aplicada em outras cidades brasileiras além de São Paulo. Hoje esse projeto de pesquisa conta com o apoio da Fapesp e resultou na formação do Centro de Estudos das Desigualdades Socioterritoriais — Cedest.

O instrumento do *Mapa da exclusão/inclusão social* contribuiu para direcionar a gestão da política social da cidade para determinar territórios prioritários para a ação pública local. A questão é: até que ponto essa atitude se diferencia da forma utilizada em nível nacional para estabelecer seus territórios prioritários?

Em um primeiro momento, trata-se de duas formas semelhantes de eleição de prioridades ao adotar o critério de territórios mais pobres ou mais excluídos, a partir de índices de medida da exclusão/inclusão, da pobreza, da indigência. É necessário considerar o escopo da totalidade da proposta política em que se encontra a estratégia adotada.

No caso da Prefeitura de São Paulo, há uma preocupação da gestão das políticas sociais na direção do direito à presença do Estado em toda a cidade e a escolha de tais territórios visa reparar essa desigualdade existente de presença/ausência do Estado, na perspectiva de justiça e inclusão social. Também, considera-se aqui a necessidade de qualificação dos serviços prestados, na perspectiva do direito de cidadania ao acesso com qualidade.

Outra experiência, enquanto instrumento de gestão, vem sendo desenvolvida e utilizada pela Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura de São Paulo, que é o *Mapa da vulnerabilidade social no município de São Paulo*.

De acordo com essa metodologia elaborada pelo CEM-Cebrap para a Secretaria Municipal de Assistência Social — SAS, identificam-se, a partir dos 13.120 setores censitários da cidade de São Paulo (IBGE), 3.313 setores de alta/altíssima vulnerabilidade, o que corresponde a 25% do total dos setores ou 29% da população da cidade: são mais de três milhões de pessoas vivendo em situação de alta vulnerabilidade social.

Tabela 1

Vulnerabilidade social

<i>Agrupamentos</i>	<i>Setores censitários</i>		<i>População</i>	
Grupo 1 (nenhuma privação)	1.110	8,5%	660.287	6,3%
Grupo 2 (privação muito baixa)	2.392	18,2%	1.642.744	15,8%
Grupo 3 (baixa privação e idosos)	2.295	17,5%	1.705.694	16,4%
Grupo 6 (média-baixa privação e idosos)	1.551	11,8%	1.183.717	11,4%
Grupo 4 (média privação e adultos)	2.459	18,7%	2.162.920	20,8%
Grupo 5 (alta privação e jovens)	784	6,0%	779.509	7,5%
Grupo 7 (alta privação e adultos)	2.128	16,2%	1.867.466	18,0%
Grupo 8 (altíssima privação e jovens)	401	3,1%	399.312	3,8%
Total de alta + altíssima privação	3.313	25,3%	3.046.287	29,3%
Total	13.120	100%	10.401.649	100%

Fonte: SAS — CEM-Cebrap, 2003.

Características gerais

Segundo a metodologia empregada, as condições de vida dos moradores desses setores são caracterizadas pela presença de chefes jovens, com idade média entre 38 e 42 anos. Têm baixos níveis de rendimento (mais de 60% dos responsáveis pelo domicílio ganham até três salários mínimos) e escolaridade (apenas 30% dos chefes de família têm ensino fundamental completo e há lugares onde somente 19% dos chefes encontram-se nessa condição). Estão localizados nas áreas periféricas do município de São Paulo, notadamente nas áreas de fronteira da cidade. Há ainda grande concentração de crianças de zero a quatro anos, forte presença de adolescentes e jovens.

As características gerais referendam o perfil dos distritos excluídos da cidade também localizados nas áreas de fronteira, mais periféricas: baixa renda e baixa escolaridade dos chefes de família, alta concentração de população infanto-juvenil, com altos déficits de vagas em serviços de creche e educação infantil. Essa primeira análise da alta vulnerabilidade social das famílias pode indicar a famosa frase do grupo musical Titãs: “pobreza é, riqueza são”.

Definindo os vulneráveis

O estudo vai ser utilizado para análise, diagnóstico e estabelecimento de territórios da cidade considerados de alta vulnerabilidade social e, portanto, os prioritários para a ação pública da assistência social. Esse instrumento compõe, com o Plano Municipal de Assistência Social — PLAS, a possibilidade de a política de assistência social da cidade de São Paulo vir a cumprir prerrogativas de inclusão social dos setores sujeitos aos riscos sociais da cidade, na perspectiva do direito à proteção social. São considerados vulneráveis não somente aqueles que possuem determinadas condições pessoais, mas também os territórios mais desprovidos de condições básicas de vida saudável.

Tal combinação é que vai configurar os limites de atuação da política, ao entender que em contextos de alta desigualdade social, há setores da sociedade com um conjunto de necessidades a serem atendidas que os tornam mais vulneráveis que outros.

Nesse contexto, prevalece a perspectiva do direito à proteção social para garantia de patamares básicos de condições de vida e não a capacidade ou incapacidade dos cidadãos obterem a satisfação de suas necessidades no mercado. Talvez aqui resida uma distinção entre uma focalização restrita e restritiva da ação pública onde prevalece uma perspectiva “economicista” do direito de acesso à satisfação de necessidades básicas das condições de vida. Uma priorização da ação pública aos setores considerados mais vulneráveis, a partir do conjunto de necessidades individuais e coletivas a serem satisfeitas, vai exigir um alargamento do contrato social entre Estado e Sociedade, indo além da perspectiva econômica e individual.

Portanto, o instrumento por si só ou a opção por determinados índices de pobreza, indigência, exclusão ou vulnerabilidade para a definição de prioridades da gestão pública pouco podem expressar do caráter residual ou mais totalizador da ação pública. É preciso verificar o alcance de tais instrumentos e seus impactos no cotidiano da vida das populações envolvidas no processo e consideradas “vulneráveis”, “excluídas”, “pobres”, “indigentes”.

Políticas na França e nos Estados Unidos

Na França, no final dos anos 1980, foi estabelecida a *Politique de la Ville* que, dentre outras prerrogativas, determina os territórios considerados como “zonas urbanas sensíveis” (ZUS), “zonas de educação prioritária” (ZEP) ou “bairros desfavorecidos”. Trata-se de uma perspectiva territorial de políticas públicas, que foram marcadas como políticas de discriminação positiva territorial.

A idéia de um *mix* social de habitat apareceu nos anos 1990, como um retorno republicano, e originou três leis: a Lei de Orientação da Cidade (LOV, 1991), o Pacto de relançamento da *Politique de la Ville* (1996) e a lei relativa à solidariedade e à renovação urbana (LOI SRU, 2000). Assim, em 1990 no âmbito do Desenvolvimento Social Urbano (DSU), a noção de território passou a ser considerada pela potencialidade do desenvolvimento social dos bairros, valorizando seus próprios recursos, dos seus habitantes, com o objetivo de compensar os déficits do território quanto a serviços públicos e emprego (DONZELOT, 2003: 120).

Donzelot afirma que a maior dificuldade advinda da política de discriminação positiva é a estigmatização dos territórios e de seus moradores, pois trata dos sintomas e não das causas da concentração da pobreza. Para ele, as ações dirigidas para os bairros da *Politique de la Ville* têm sido mais bem-sucedidas em marcar negativamente do que em melhorar as condições de vida de seus moradores (DONZELOT, 2003: 129-30).

Hoje, segundo o autor, faz-se necessário repensar a vida urbana a partir do que acontece no real urbano. Ao comparar as políticas francesa (discriminação territorial positiva) e americana (ação afirmativa), considera que a diferença está na relação que cada concepção estabelece na relação entre território e comunidade. Nos Estados Unidos, a comunidade é superior ao território. Na França, o território antecede a comunidade. Enquanto nos Estados Unidos há um estímulo à incorporação da comunidade na vida das pessoas, na França as pessoas não apresentam uma atitude de apropriação do território, de fazer ou desfazer os espaços comuns, pois o poder de agir sobre o território pertence ao Estado e não às pessoas.

A perspectiva norte-americana de desenvolvimento comunitário consiste em ajudar as pessoas nos lugares onde vivem. A perspectiva francesa de desenvolvimento social urbano é de ajudar os lugares onde vivem as pessoas. Embora se reconheça a importância da *Politique de la Ville* para consolidar o processo de descentralização na França, percebe-se várias críticas sobre sua eficácia, em especial no processo de inclusão ou inserção social do setores considerados excluídos ou discriminados.

O foco principal das críticas refere-se à ausência de envolvimento ou canais efetivos de participação da sociedade no processo de construção e definição das

políticas públicas no âmbito local. Isso tem gerado decisões equivocadas no desenvolvimento de programas e projetos. O estabelecimento de leis e de um sistema de regulamentação de gestão territorial descentralizada não foram suficientes para garantir medidas inclusivas no âmbito local. O processo ainda está em curso em várias regiões departamentais e de políticas sociais setoriais, como as dirigidas para a família, crianças e adolescentes.

No Brasil, a relação entre classes pobres e classes perigosas teve e tem ainda um lugar importante no imaginário da sociedade, gerando processos de suspeição preconceituosa. Por isso, deve-se atentar para a não discriminação de populações residentes em territórios considerados “vulneráveis” ou “excluídos”. Eles são assim classificados pela próprias políticas públicas locais e referendadas pela sociedade local.

No caso, são facilmente identificados os territórios com forte processo de discriminação e estigmatização, pela condição de pobreza ou pela violência. E, nesse sentido, trata-se de perguntar até onde as estratégias utilizadas para o trabalho junto a esses territórios podem ou não contribuir para o fortalecimento desse processo de discriminação e estigmatização. Ou ainda, até onde interessa ao poder público local, incluindo as forças locais em jogo, a permanência de determinado *status quo* de territórios excluídos, a fim de que continuem sendo um “público-alvo” privilegiado e prioritário das diversas ações públicas localizadas.

O exemplo de Paraisópolis

Dentre alguns exemplos, poderia ser citado o caso da favela de Paraisópolis na cidade de São Paulo. Localizada no distrito de Vila Andrade, um dos que apresentam indicadores de forte discrepância social, ali convivem edifícios de alto padrão e agrupamentos de favelas, como Paraisópolis. É visível a variedade e quantidade de intervenções: sociais, habitacionais, educacionais, de saúde, para citar os mais conhecidos. Os agentes são governamentais, não governamentais, com aporte do fundo público ou privado nacional e internacional.

O investimento em Paraisópolis é grande em relação à outros territórios com indicadores de exclusão social e vulnerabilidade social semelhantes. E apesar do investimento ao longo dos anos, os indicadores sociais permanecem os mesmos, inalteradas as condições de vida dos moradores — segundo os dados censitários e outros estudos já realizados junto aos moradores. Por tratar-se de um conjunto relativamente pequeno de habitações, esperava-se um impacto maior das ações ali realizadas.

Segundo depoimentos de técnicos que trabalham na favela de Paraisópolis, ainda predominam os poderes paralelos dos grupos ligados ao tráfico de drogas. Há territórios onde nem o Estado nem as ONGs entram, o que restringe as áreas de intervenção e presença dos serviços públicos. Territórios identificados como de alto índice de vulnerabilidade social associados a altos índices de violência podem estar desprovidos de serviços organizados pelo Estado ou pelas ONGs, mas servidos pelo poder paralelo do tráfico atuante no local.

Os territórios de pobreza, exclusão e vulnerabilidade social são desiguais entre si e as relações comunitárias, institucionais variam de tal forma a exigir em uma área restrita, como um bairro ou uma favela, ações igualmente diferenciadas que levem em consideração essas desigualdades internas. Sem dúvida, o refinamento das técnicas de geoprocessamento associadas ao conhecimento da dinâmica social local podem contribuir para a qualificação das políticas públicas.

A falta de uma perspectiva totalizante

Embora o tema do combate à pobreza tenha ganhado centralidade nos últimos anos no Brasil, a opção pela focalização como forma de gestão das políticas sociais em nível nacional produziram resultados pouco efetivos no combate às desigualdades sociais. Os territórios eleitos como prioritários na execução dos mais diversos programas sociais foram considerados como um conjunto de necessidades individuais a serem satisfeitas a partir de um corte de renda individualizado na forma de meio salário mínimo *per capita*.

A expectativa de resultado da focalização dos programas sociais se deteve na premissa de que a transferência de uma renda de perspectiva complementar seria suficiente para inserir cada beneficiário no acesso à satisfação de suas necessidades básicas. Isso lhe permitiria passar de uma situação de miserabilidade ou indigência para um patamar de pobreza.

Nesse percurso, a forma de gestão dos programas focalizados não deixa claro outras perspectivas que não referências economicistas para desenvolver as ações nos territórios eleitos como prioritários. A própria pulverização dos programas sociais denuncia a ausência de uma perspectiva totalizante das realidades consideradas ou uma gestão mais integrada das políticas sociais. Nem o instrumento proposto de integração dos bancos de dados de usuários dos programas sociais federais foi eficaz na sua missão de proporcionar uma racionalidade no desenvolvimento das políticas sociais. Pelo contrário, o Cadastro Único do governo federal — Cad único foi alvo de denúncias de clientelismo político utilizado por algumas gestões municipais.

As experiências de estratégias de gestão de cunho focalizador demonstram a necessidade de superar o caráter residual da política pública na direção de uma perspectiva cidadã da universalização dos direitos. O significado dessa superação vai além de fazer uso de novos instrumentos ou de simplesmente somar o que se encontra pulverizado.

Por sua vez, experiências locais baseadas em uma contratualidade social mais alargada de garantia de direitos demonstram que a factualidade dessa inversão tem uma relação direta com o processo pelo qual se estabelece essa contratualidade. Nesse caso, os próprios instrumentos de gestão devem incluir parceria e participação da população e o envolvimento do corpo técnico das organizações parceiras, para concretizar a direção política planejada. O processo desencadeado não seria apenas administrativo, mas também pedagógico e participativo da gestão pública.

Estudos territoriais do PFF/SP/SP⁷

Distritos inseridos no Programa

Os nove distritos analisados, do total de onze envolvidos no Programa, são aqueles que contemplam as famílias atendidas no âmbito do convênio SAS–PUC-SP.



⁷ Este capítulo foi extraído do *Relatório analítico Perspectiva socioterritorial* elaborado pela Equipe de Monitoramento do Programa Fortalecendo a Família, IEE/PUC-SP, maio 2003.

Tabela 1

Distribuição populacional das famílias⁸ por distrito

<i>Distritos</i>	<i>Característica territorial</i>	<i>Índice de exclusão final (2002)</i>	<i>População total (2002)</i>	<i>Total de domicílios</i>	<i>Famílias atendidas pelo Programa</i>	<i>Porcentagem de famílias atendidas do distrito</i>
Guaianazes	fronteira	-0,76	98.546	25.598	1.562	6,10%
Jardim Helena	fronteira	-0,84	139.106	36.594	1.476	4,03%
Itaim Paulista	fronteira	-0,81	212.733	55.024	1.592	2,89%
Sapopemba	fronteira	-0,64	282.239	76.110	1.432	1,88%
Vila Andrade	intermediário	-0,48	73.649	20.992	559	2,66%
Pedreira	manancial	-0,83	127.425	33.605	1.475	4,39%
Grajaú	manancial	-0,98	333.436	86.223	1.627	1,89%
Cidade Dutra	manancial	-0,54	191.389	51.091	1.674	3,28%
Jardim São Luís	manancial	-0,61	239.161	66.008	1.411	2,14%
Total de distritos			1.697.684	451.245	12.808	2,84%
São Paulo			10.434.252	2.985.977	13.552	0,45%

Fonte: IBGE, 2000; Diagonal, 2003.

A tabela diz respeito a um grupo de distritos situados na porção mais afastada do chamado centro expandido da cidade. Concentram-se, principalmente, nas áreas intermediárias, de fronteira e de proteção de mananciais. Tal localização por si só revela uma particularidade: é a ocupação populacional desses distritos, formados com loteamentos mais recentes.

A área de proteção de mananciais é caracterizada pela ocupação irregular e pela ausência ou presença precária de serviços públicos básicos, desde saneamento até escolas, hospitais, creches, centros culturais etc. Destacam-se nessa condição os distritos do Grajaú, Pedreira, Cidade Dutra e Jardim São Luís, todos na região Sul da cidade, onde se soma a falta de transporte público.

Jardim Helena, Itaim Paulista, Guaianazes e Sapopemba enfrentam problemas próprios de áreas de fronteira: distância dos centros de serviços, precariedade nos serviços existentes e dificuldade na acessibilidade aos serviços pela falta de uma política metropolitana que defina as responsabilidades municipais. Vila Andrade, na área intermediária, apresenta melhores condições de acesso aos recursos da cidade.

Todos são distritos altamente populosos, cada um deles mais que a maioria das cidades brasileiras, cuja média é de 10 mil habitantes. O maior distrito é o Grajaú, com mais de 300 mil habitantes.

⁸ O total de famílias atendidas pelo Programa indicado na tabela refere-se às famílias cadastradas inicialmente.

Na dinâmica do incremento populacional da cidade de São Paulo, os distritos do Programa salientam-se por um aumento significativo. Em número percentual Vila Andrade foi o que obteve maior crescimento — 77%, enquanto em números absolutos, o Grajaú teve um acréscimo de 138 mil habitantes em dez anos. Isso equivale à população total de Itu ou São Caetano do Sul, no estado de São Paulo.

Na comparação do número de famílias atendidas com o total da população dos distritos, o nível de cobertura do Programa alcançou uma média de 2,8%. Distingue-se o distrito de Guaianazes, onde foram atendidas cerca de 6% das famílias, seguido de Pedreira e Jardim Helena com 4% de atendimento. Itaim Paulista, Cidade Dutra, Vila Andrade, Jardim São Luís, Grajaú e Sapopemba situaram-se entre 2 a 3 % de famílias atendidas.

Embora o percentual de cobertura do Programa seja baixo em relação à população residente nos distritos, em números absolutos, foram atendidas cerca de 13 mil famílias, o que corresponde a 450 mil pessoas.

Segundo o Índice Final da Exclusão/Inclusão Social, todos os distritos do Programa estão na condição de excluídos no *ranking* que mede a exclusão/inclusão dos 96 distritos da cidade. Dentre os nove distritos, na porção Sul destacaram-se Grajaú e Pedreira e, na região Leste, Jardim Helena e Itaim Paulista, com os maiores índices de exclusão social.

Dessa forma, os distritos eleitos pelo Programa Fortalecendo a Família/Renda Cidadã — PFF/SP/SP agregam populações com condições de vida bastante precárias comparadas com as de outros territórios da cidade. Mesmo assim, por serem grandes conglomerados urbanos, levou-se em conta a diversidade existente no interior de cada distrito no que se refere a esse aspecto.

Para tanto, foi necessário analisar a base dos setores censitários de cada distrito. Dessa forma, verificou-se quais seriam especificamente os territórios internos dos distritos que melhor representariam as condições de vida mais vulneráveis das famílias residentes. Foi utilizada a análise dos setores censitários do *Mapa da vulnerabilidade social no município de São Paulo*, produzido pelo Centro de Estudos da Metrópole (Cebrap) sob encomenda da SAS, divulgado em fevereiro de 2003. A tabela a seguir foi produzida a partir desse estudo. Ela indicou como população privilegiada ou potencial para o Programa aquelas famílias em situação de maior vulnerabilidade social.

Os números

Ocorreu uma queda no número de famílias a serem consideradas como referência: de um total de 451 mil famílias, os nove distritos analisados apresentaram 300 mil famílias em situação de vulnerabilidade social. Mesmo assim, é uma quantidade imensa de pessoas que representam a metade de todas as famílias em vulnerabilidade social da cidade de São Paulo. Se for calculada a média de quatro pessoas por família, o resultado será mais de 1,2 milhão de pessoas.

Ao atentar para o impacto de cobertura do Programa, em termos de percentuais, o cenário da vulnerabilidade revelou uma elevação sensível, em especial na Vila Andrade que estaria atendendo quase 16% das famílias demandatárias do Programa. Pela totalidade

Tabela 2

Distribuição das famílias por distrito por grau de maior vulnerabilidade social

<i>Distritos</i>	<i>Característica territorial</i>	<i>População total [2002]</i>	<i>Total de domicílios</i>	<i>Média de famílias vulneráveis</i>	<i>Famílias atendidas pelo Programa</i>	<i>Porcentagem de famílias por grau de vulnerabilidade</i>
Guaianazes	fronteira	98.546	25.598	18.054	1.562	8,65%
Jardim Helena	fronteira	139.106	36.594	28.612	1.476	5,16%
Itaim Paulista	fronteira	212.733	55.024	44.008	1.592	3,62%
Sapopemba	fronteira	282.239	76.110	47.413	1.432	3,02%
Vila Andrade	intermediário	73.649	20.992	3.541	559	15,79%
Pedreira	manancial	127.425	33.605	22.684	1.475	6,50%
Grajaú	manancial	333.436	86.223	55.323	1.627	2,94%
Cidade Dutra	manancial	191.389	51.091	34.037	1.674	4,92%
Jardim São Luís	manancial	239.161	66.008	47.892	1.411	2,95%
Total de distritos		1.697.684	451.245	302.387	12.808	4,24%
São Paulo		10.434.252	2.985.977	620.725		

Fonte: IBGE, 2000; SAS–CEM-Cebrap, 2003.

da população seu percentual de atendimento não chegava a 3%. Em Vila Andrade, dada a sua alta heterogeneidade e desigualdade social internas, a referência da vulnerabilidade faz diferença nesse tipo de cálculo de atendimento da demanda. Dessa forma, nos demais distritos de configuração mais homogênea em termos de exclusão e vulnerabilidade social, o aumento não influenciou muito no percentual de atendimento: Guaianazes, por exemplo, o maior percentual dos distritos na tabela 1 (6% de impacto), passou a atingir 8% da demanda.

Percebeu-se que havia uma homogeneidade percentual entre os nove distritos analisados quanto à distribuição das faixas etárias até 14 anos, mas a concentração absoluta é bastante variada. Enquanto no Grajaú encontram-se quase 30 mil crianças com até três anos de idade, na Vila Andrade há cerca de 6,5 mil e em Guaianazes 8,5 mil crianças. Situação semelhante ocorre nas faixas de quatro a seis anos e sete a 14 anos. Verificou-se sempre um destaque para a concentração em Grajaú e Sapopemba, pois são os distritos mais populosos da cidade.

De qualquer forma, somando-se todas as crianças até 14 anos desses nove distritos da cidade, tem-se um montante de mais de 500 mil crianças. Isso representa uma demanda grande para serviços públicos como creches, escolas de educação infantil e ensino fundamental, centros de lazer, cultura e esportes.

A alta concentração dessa população revelou também a composição familiar provável de pais e avós jovens. Isso representa uma estrutura onde a ausência do emprego rebate fortemente sobre a qualidade de vida de seus componentes. A presença de programas sociais de transferência de renda pode representar um aporte significativo para a manutenção dessas famílias.

Vale destacar ainda que os casos de homicídio na cidade atingem mais a população de 15 a 24 anos: são uma preocupação permanente e cotidiana dos moradores dos distritos analisados. Contudo, é necessário realizar estudos mais aprofundados sobre a questão da violência na cidade. E levar em conta que a relação direta entre pobreza/exclusão social e violência pode ser estigmatizadora e prematura, quando alguns dados sobre a residência de vítimas e autores de atos de violência não coincidem com os territórios mais precários da cidade.

Na faixa etária de jovens entre 15 a 24 anos também ocorre uma igualdade percentual em torno de 21% e a grande variedade nos números absolutos que vão de 15 mil jovens na Vila Andrade a mais de 70 mil jovens no Grajaú. Trata-se de uma população em evidência nesses distritos. Somada, ela passa de 350 mil pessoas, o correspondente ao número total de habitantes de uma cidade do porte de Piracicaba, no interior de São Paulo.

Constatou-se uma baixa concentração de pessoas idosas, tanto em termos absolutos como percentuais. O Grajaú, apesar de sua alta densidade populacional, apresenta uma população idosa numericamente semelhante aos distritos de Jardim São Luís e Cidade Dutra. Dentre os nove distritos, destacou-se Sapopemba com mais de seis mil pessoas idosas.

Quanto à estrutura etária das famílias que compõem o Programa, percebeu-se um perfil acentuado na concentração da faixa de sete a 14 anos, variando entre 20% a 25% tanto nos distritos da zona sul, quanto na zona leste. A média desses distritos vai de 14% a 16%, conforme se mostra na tabela 3, a seguir. O mesmo fato pode ser verificado nas faixas de zero a três anos e de quatro a seis anos. Nos distritos, a faixa de zero a três anos apresenta um intervalo de 7% a 9%. Já as famílias do Programa apresentam uma concentração de 9% a 11% nessa faixa etária. Na faixa de 4 a 6 anos de idade, os distritos concentram uma média de 5,5%, enquanto as famílias do Programa apresentam uma média de 9,5%.

Nas demais faixas a partir de 15 anos, as famílias do Programa apresentaram um percentual inferior de concentração em relação à média geral dos distritos.

Essa diferenciação na estrutura da faixa etária das famílias denotou um perfil de famílias ainda mais jovens do que o encontrado na média de famílias dos distritos. A faixa etária da população economicamente ativa representou um percentual significativamente mais baixo do que a média dos distritos: 42% das famílias do Programa contra 60,5% na média geral dos distritos.

Assim, as famílias do Programa, apresentaram no seu conjunto, um agravante nas suas condições de vida ao concentrar, em suas pirâmides etárias, uma população infantil com alta prioridade de proteção social. Ainda que residam em distritos que já denotam a demanda de atenção para essa faixa etária infantil, seus perfis de famílias extremamente jovens faz com que suas condições de vida apresentem maior risco social. Pois nesses territórios continuam deficitários os serviços básicos de saúde, educação, assistência social, saneamento.

Tabela 3

Taxa de homicídio juvenil por distrito

<i>Distritos</i>	<i>Característica territorial</i>	<i>Total de homicídios (2000)</i>	<i>Taxa de homicídios (para cada 100 mil habitantes)</i>
Guaianazes	fronteira	46	223,70
Jardim Helena	fronteira	39	135,69
Itaim Paulista	fronteira	61	139,91
Sapopemba	fronteira	95	167,04
Vila Andrade	intermediário	5	33,65
Pedreira	manancial	24	89,00
Grajaú	manancial	135	188,46
Cidade Dutra	manancial	57	143,29
Jardim São Luís	manancial	81	159,38

Fonte: Proaim, 2000.

Violência

Dentre os nove distritos, Guaianazes foi o que apresentou maior taxa de homicídio juvenil, embora em número de casos Grajaú tenha a maior concentração. Vila Andrade e Pedreira destacaram-se pela baixa taxa em relação aos demais, cuja proporção ultrapassa os dois dígitos. Interessante perceber que Pedreira (IEX -0,83), apesar de ser mais excluído do que Guaianazes (IEX -0,76), registrou uma taxa de homicídio juvenil inferior. Isso reforça a tese da necessidade de estudos mais aprofundados sobre a violência urbana e também sobre a diversidade interna dos territórios da cidade.

A análise mais desagregada dos distritos quanto ao indicador de violência revela que no período 1998/2002, o comportamento dos casos de violência se deu de forma mais acentuada em determinadas partes dos distritos e ficou ausente em outras porções ao longo desses quatro anos. Distritos como Jardim ngela, na zona Sul e Cidade Tiradentes, na Leste, mostraram essa dinâmica em seus territórios internos, de acordo com dados processados pelo CEM-Cebrap, a partir de informações produzidas pela Fundação Seade.

O tema da violência deve permear de forma generalizada o cotidiano das famílias moradoras nos nove distritos analisados, mas sua incidência pode ser maior ou menor em determinadas porções desses distritos. O estudo sobre esse indicador por setores censitários torna-se importante ferramenta de análise.

Por exemplo, o distrito de Guaianazes, que apresentou a maior taxa de homicídio no ano 2000, pode ser analisado do ponto de vista dos setores censitários quanto ao comportamento desse indicador ao longo do período 1998/2002.

Qualidade dos domicílios e renda

Nos domicílios, a maior deficiência concentrou-se no acesso ao serviço de coleta de esgoto: Grajaú com 61% e Pedreira com 52% das moradias em condições precárias. Ambos situam-se em áreas de proteção de mananciais, à beira da represa Billings. O distrito de Pedreira mostrou, também, o maior percentual de distritos precários — improvisados e subnormais. As famílias desses distritos residem em casas com péssimas condições de habitação, inclusive na questão de saneamento básico.

A maioria dos chefes de família ganhava até dois salários-mínimos e de três a cinco salários-mínimos. Destacam-se Jardim Helena e Itaim Paulista com quase 30% dos chefes de família na faixa de até dois mínimos. No Grajaú, 22% dos chefes de família recebiam de três a cinco salários-mínimos.

Vale ressaltar a alta concentração de chefes de família sem renda em Grajaú e Pedreira. No total, os nove distritos apresentaram quase 70 mil chefes de família sem nenhum rendimento ou 23% dos 300 mil chefes de família nessa condição na cidade como um todo.

Não sem sentido, apenas dois por cento dos chefes dos nove distritos encontravam-se na faixa de mais de 20 salários mínimos. A exceção ficou com Vila Andrade: 25% dos chefes nessa faixa de renda, denotando a grande discrepância no distrito, que convive com edifícios de alto padrão e aglomerados de favelas.

Escolaridade

Quanto à escolaridade dos chefes de família, a mais alta concentração encontrava-se na faixa de 4 a 7 anos, em torno de 37%. Destacou-se, também, a faixa etária de 8 a 14 anos, em torno de 33% nos nove distritos. Por outro lado, era alta a concentração de chefes não alfabetizados: mais de 40 mil pessoas.

Vila Andrade liderou o *ranking* dos chefes de família com mais de 15 anos de estudos (26%), revelando mais uma vez sua alta desigualdade interna. Já o Grajaú apresentou somente 1,24% dos chefes de família nessa faixa de anos de estudos. Assim, ainda que seja significativa a quantidade de 18 mil chefes de família na totalidade dos nove distritos com mais de 15 anos de estudos, no interior de cada distrito eram uma minoria.

Na escolaridade dos chefes de família analisados do PFF/SP/SP foi interessante notar a semelhança no perfil da escolaridade em relação aos chefes de família dos distritos, embora as referências entre ambas as situações sejam diferentes. Foram utilizadas, para construção da tabela geral dos distritos as informações do IBGE sobre os anos de estudos dos chefes de família. Para a tabela dos chefes de família do Programa, foram utilizadas as informações cadastrais por ano de escolaridade.

Algumas comparações são possíveis, como por exemplo, quanto à concentração de chefes de família sem escolaridade. Os distritos e as famílias apresentaram um perfil semelhante em torno da média de 9%. As diferenças ocorreram nas análises entre os distritos. Enquanto Grajaú, Vila Andrade e Jardim Helena registraram um percentual distrital de

10% de chefes de família não alfabetizados, na análise das famílias, somente o distrito de Vila Andrade manteve um percentual elevado com 14%, enquanto Grajaú e Jardim Helena apresentaram apenas 5% dos seus chefes de família sem escolaridade.

Há semelhança na concentração mais acentuada na faixa de 4 a 7 anos de estudos ou a faixa do quarto ao sétimo ano do ensino fundamental.

Chama a atenção a grande discrepância quanto aos chefes de família do Programa que apresentaram o máximo de escolaridade (terceiro ano do ensino médio), variando entre Vila Andrade (menos de 4%) e Guaianazes (quase 14%). Na análise dos distritos, Vila Andrade, como já visto, destacou-se por ter o maior número de chefes de família com mais de 15 anos de estudos, enquanto Guaianazes permaneceu como um dos que apresentaram menor escolaridade, com menos de 2%.

No caso de Vila Andrade vale lembrar que o PFF/SP/SP concentrou-se nas famílias moradoras da Favela Paraisópolis, cuja maioria apresentava menos possibilidade de acesso à escola.

Conclusão

A presença/ausência de serviços públicos nos territórios representa um diferencial na redistribuição da qualidade de vida dos moradores da cidade. Os distritos envolvidos no PFF/SP/SP são locais onde os serviços se mostraram deficitários. Não apenas na quantidade de pessoas residentes, como também na qualidade exigida para o alcance de um patamar cidadão de acesso a serviços básicos.

O processo de localização das famílias inicialmente cadastradas não conseguiu atingir o universo total das famílias. O objetivo principal dessa análise georeferenciada das famílias consistiu em perceber a tendência de concentração das famílias nos territórios dos distritos, tomando como base os setores censitários identificados segundo os grupos de privação⁹.

De forma geral, foi possível verificar que as famílias extrapolavam o limite das áreas de abrangência dos distritos. O processo de cadastramento das famílias permitiu a auto-identificação dos responsáveis com os distritos, ainda que sua residência não se localize exatamente dentro dos limites do referido distrito. A proximidade ou a identidade do responsável com o distrito foi permitida.

Em regiões de fronteira, o fato de o PFF/SP/SP não ter sido rígido quanto às famílias pertencerem aos distritos foi muito pertinente, pois a própria análise dos setores censitários desses distritos permitiu visualizar a contigüidade da situação social entre os territórios limítrofes. Tal fenômeno só não ocorreu de forma mais intensa no distrito de Vila Andrade, onde foi privilegiada a Favela de Paraisópolis como território de atuação do Programa.

⁹ Metodologia SAS—CEM-Cebrap.

Esse breve panorama de cada distrito do Programa a partir da análise dos setores censitários permite afirmar que o Programa trabalhou com famílias da cidade legal e da cidade real, mas essencialmente com famílias moradoras de territórios marcados pelas ausências de cidadania.

O desafio de monitoramento do Programa também residiu no esforço de tornar viável o que os mapas não conseguem trazer à tona: as próprias famílias, suas experiências, seus depoimentos, suas denúncias, suas potencialidades. Uma busca por evidenciar os territórios de vida das famílias, bem como os territórios vividos pelas famílias.

Referências bibliográficas

- ANDERSON, Antoine. *Politiques de la ville*. Paris: Syros, 1998.
- AUGÉ, Marc. *Não lugares*: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas, Papirus, 1994.
- AUTÈS, Michel. "Le territoire, un nouveau mode de gestion des populations". In: AAVV (ed.). *Le RMI à l'épreuve des faits*. Paris: Syros, 1991. p. 197-213.
- _____. "Les sens du territoire". In: Recherches et prévisions, n. 39, mar. 1995, p. 57-71.
- _____. *Les paradoxes du travail social*. Paris: Dunod, 1999.
- BORDONE, Jacques. *Guide des politiques locales d'insertion*. Paris: Dunod, 1999.
- BRANCO, Francisco. *Municípios e políticas sociais em Portugal*. Lisboa: Instituto Superior de Serviço Social — Departamento Editorial, 1998.
- CALDEIRA, Teresa. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34; Edusp, 2000.
- CMARA, Gilberto; MONTEIRO, Antonio Miguel Vieira de; MEDEIROS, José Simeão. *Representações computacionais do espaço: um diálogo entre a geografia e a ciência da geoinformação*. São José dos Campos (SP): DPI/INPE, 2000. (Mimeo).
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CEDEC — Centro de Estudos de Cultura Contemporânea. *Mapa de risco da violência: cidade de São Paulo*. São Paulo: Cedec, 1996a.
- _____. *Mapa de risco da violência: cidade de Curitiba*. São Paulo: Cedec, 1996b.
- _____. *Mapa de risco da violência: cidade do Rio de Janeiro*. São Paulo: Cedec, 1997a.
- _____. *Mapa de risco da violência: cidade de Salvador*. São Paulo: Cedec, 1997b.
- DI MÉO, Guy. *Les territoires du quotidien*. Paris: L'Harmattan, 1996.
- DONZELOT, Jacques. *Faire Société: la politique de la Ville aux Etats-Unis et en France*. Paris: Éditions du Seuil, 2003.
- DOWBOR, Ladislau. *A reprodução social: propostas para uma gestão descentralizada*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- _____. *Gestão social e transformação da sociedade*. Colóquio Internacional Brasil/França/Portugal — Renda Mínima no debate internacional. São Paulo: PUC-SP, abr. 2001, p. 82-100.
- EUZEBY, Chantal. *Renda Mínima: com ou sem contrapartida?* (trad. M. Ruth Souza Alves). Colóquio Internacional Brasil/França/Portugal — Renda Mínima no debate internacional. São Paulo: PUC-SP, abr. 2001, p. 1-14.
- FUNDAÇÃO ANIELA E TADEUSZ GINSBERG. *Diagnóstico Participativo Rápido: metodologia para projetos de inclusão social destinado à Unidade de Gestão da União Européia*. Documento final. São Paulo: jan. 2001. (Mimeo).
- HASSENTEUFEL, Patrick. "La territorialisation comme réponse à la 'crise de l'État-Providencia'?" In: Revue Politiques et management public. v. 16, n. 3, set. 1998. p.1-11.
- JAKOBSEN, Kjeld et alii. *Mapa do trabalho informal*. São Paulo: CUT; Fundação Perseu Abramo, 2000.
- INSTITUTO DE ESTUDOS ESPECIAIS — IEE/PUC-SP. *Relatório analítico 'Perspectiva socioterritorial' elaborado pela equipe de monitoramento do Programa Fortalecendo a Família — PFF/SP/SP*. São Paulo: PUC-SP, maio 2003.
- KOGA, Dirce. *Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos*. São Paulo: Cortez, 2003.
- LESSA, Carlos et alii. "Pobreza e política social: exclusão nos anos 90". Revista Praga, n. 3. São Paulo: Hucitec, set. 1997.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. 2 ed. São Paulo: Hucitec/Ed. Unesp, 1998.

- MARTIN, Gérard [org.]. *La dynamique de les politiques sociales*. Paris: L'Harmattan, 1998.
- _____. *Action sociale et citoyenneté*. Grenoble: Université Pierre Mendès France, 2000. [Mimeo].
- OFFREDI, Claudine. *Penser les recompositions en cours*. Grenoble, 2.000. [Mimeo].
- PELBART, Peter Pál. *Exclusão e biopotência no coração do império*. São Paulo: PUC-SP, 2001. [Mimeo].
- PMBH — Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. *Índice de qualidade de vida urbana de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, 1999a.
- _____. *Mapa da exclusão social de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 1999b.
- PMSP — Prefeitura do Município de São Paulo. *PLAS — Plano Municipal de Assistência Social da cidade de São Paulo*. São Paulo: Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura do Município de São Paulo, 2003.
- PNUD et alii. *Desenvolvimento humano sustentável no Recife Metropolitano*: indicadores selecionados. Recife, 2000.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. "As novas articulações e formas de pressão da sociedade civil". In: SOUZA, Maria Adélia Ap. et alii [org.]. *Metrópole e globalização*: conhecendo a cidade de São Paulo. São Paulo: Cedes, 1999.
- ROLNIK, Raquel. "Instrumentos urbanísticos contra exclusão social". Revista Pólis, n. 29. São Paulo: Pólis, 1997.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice*. São Paulo: Cortez, 1997a.
- _____. *A crítica da razão indolente*: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000a.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*: técnica e tempo, razão e emoção. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1997b.
- _____. *Território e sociedade*: entrevista com Milton Santos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000b.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil*: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2001.
- SAWAIA, Bader. *As artimanhas da exclusão*: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SPOSATI, Aldaíza. [coord.]. *Mapa da exclusão/inclusão social da cidade de São Paulo*. São Paulo: Educ, 1996 a.
- _____. "Desejos de São Paulo". In: Novos Estudos Cebrap. São Paulo: n. 45, jul. 1996b. p.183-208.
- _____. *Mapa da exclusão/inclusão social*: dinâmica social nos anos 90. São Paulo: PUC-SP; POLIS; INPE, 2000b. [CD rom].
- _____. *Cidade em pedaços*. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- TELLES, Vera. "Sociedade civil, direitos e espaços públicos". Revista Pólis. São Paulo: Pólis, n. 14, 1994.
- _____. "Sociedade civil e a construção de espaços públicos". In: DAGNINO, Evelina [org.]. *Os anos 90*: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- _____. "A cidade e o trabalho". In: Cadernos Le Monde Diplomatique. São Paulo: Instituto Pólis; Instituto Abaporu; Veraz Comunicação, n. 2, janeiro de 2001.
- VIEIRA, Evaldo. *Democracia e política social*. São Paulo: Cortez, 1992.

Texto **6**

Fortalecendo famílias

Marta Silva Campos

Introdução

Para a definição do adequado tratamento à questão da família em programas sociais dos quais ela é alvo, contamos hoje com a possibilidade de refletir a partir de elementos presentes em nossa experiência de trabalho e das análises mais abrangentes da posição real e possível da família dentro da implementação da política social no país.

Procuramos aqui sintetizar algumas das circunstâncias que definem, neste caso, determinadas possibilidades de procurar hoje fortalecer famílias e o que se deve realmente fazer.

Condições do trabalho socioeducativo no PFF/SP/SP

A partir de processos básicos de nucleação e articulação de pessoas, serviços, organizações, na constituição de famílias informadas e amplamente participantes, o trabalho dirigiu-se diretamente a seus representantes, a maioria mulheres que são mães, em grupos previstos para operar durante dois anos.

Os grupos foram planejados inicialmente para comportar de vinte a trinta pessoas, mas variaram bastante de tamanho durante a execução, com média de 19,9 pessoas cada um.

Houve reuniões quinzenais obrigatórias, com a intenção de ressignificar experiências e construir alternativas individuais, grupais, familiares e territoriais com os participantes. E esse processo foi acompanhado, desde o início, pela articulação de movimentos sociais e

entidades disponíveis nas diversas regiões da cidade, para garantir a necessária capilaridade do Programa em sua penetração territorial — com o acolhimento não só do Programa como um todo, mas em sua própria inicialização, pela cessão de locais para realização das reuniões.

A coordenação das reuniões foi atribuída a duplas formadas por um técnico e um estagiário, unindo sempre a contribuição profissional da Psicologia e do Serviço Social. Na articulação territorial, além das duplas de técnicos, envolveram-se as gerências e assistentes técnicos regionais.

Considerou-se o fato de a elaboração e utilização de uma metodologia de trabalho socioeducativo com famílias vincular-se ao contexto de um programa público e massivo de transferência direta de renda, envolvendo cerca de 13 mil famílias. Ressalte-se que a essa condição juntou-se a necessidade de gestão de esforços de um grande número de técnicos, agrupados em vários setores, instâncias e áreas geográficas, mediante o estabelecimento de um convênio entre a Secretaria Municipal de Assistência Social — SAS e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo — PUC-SP. Pelos termos assim acordados, coube à PUC-SP toda a responsabilidade da parte operacional, cumprida em parceria com a Universidade Cruzeiro do Sul — UNICSUL e a Universidade Santo Amaro — UNISA, com apoio local de SAS regionais.

Algumas características das famílias

Fundamental para qualquer trabalho com famílias é proceder à sua caracterização, a partir do melhor conjunto de informações passíveis de coleta e do cotejamento delas com as tendências mais gerais de mudanças detectadas na análise de levantamentos e estudos sobre a instituição familiar. No caso das famílias com que se trabalhou, os dados apresentados a seguir permitem uma aproximação geral. São extraídos do Relatório Analítico, elaborado pela Diagonal Urbana, por ocasião do cadastramento inicial das famílias. Podem não corresponder de forma exata à situação das que efetivamente participaram durante todo o Programa — houve constantes modificações no contingente atendido —, mas constituem uma boa aproximação da situação, até que sejam processadas as informações coletadas por ocasião do recadastramento.

O exame do gráfico 1, na página seguinte, mostra que, do ponto de vista de sua constituição, trata-se de famílias em sua maioria pequenas. Essa situação é bastante compatível com a preponderância de mães jovens, observada no conjunto dos representantes. Pode-se inferir que o atendimento é feito principalmente a famílias na primeira fase de seu ciclo vital. Ao lado das famílias que estão em sua última fase, aquelas com crianças pequenas são as mais necessitadas de atenção, dados os maiores riscos que correm, inclusive a incidência da pobreza¹.

¹ A evidência é de uma concentração da pobreza na infância e na velhice, dada a relação desproporcional entre ganhos e necessidades específicas das famílias na primeira e última fase de seu ciclo vital, conforme explicitado no começo do século XX na formulação de Rowntree a respeito do “ciclo de pobreza da vida da classe trabalhadora” (ROWNTREE, 1901, apud ESPING-ANDERSEN, 1999). É mesmo sintomática a concentração de esforços da política social em relação a crianças e idosos.

Figura 1
Programa Fortalecendo a Família
Tamanho do grupo familiar:
número de componentes

Fonte: Diagonal Urbana e Secretaria Municipal de Assistência Social. "Relatório analítico — Renda Cidadã". São Paulo, julho a novembro de 2002.

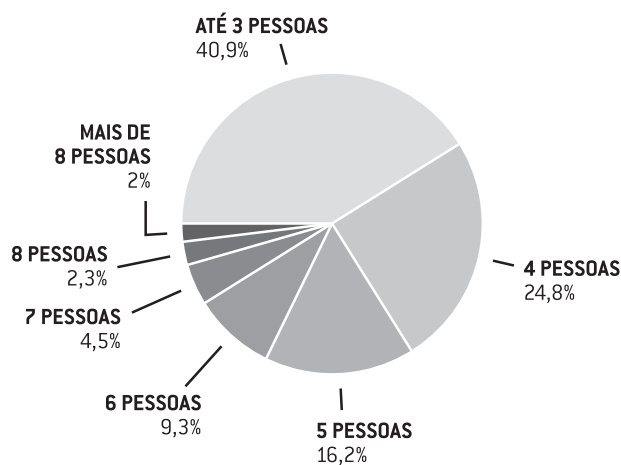
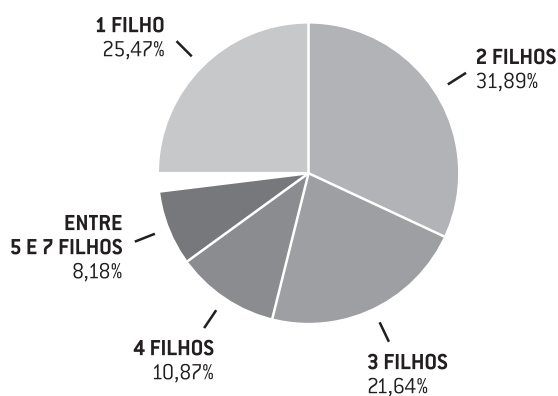


Figura 2
Programa Fortalecendo a Família
Composição familiar: número de
filhos das famílias atendidas

Fonte: Diagonal Urbana e Secretaria Municipal de Assistência Social. Banco de dados: Recadastramento das famílias para o Renda Cidadã. São Paulo, julho a novembro de 2002.

Nota: Para completar o 100% do universo, faltam 213 famílias, do total de 13.280 recadastradas, para as quais consta, no cadastramento feito, a informação de ausência de filhos, condição incompatível com os critérios de admissão estabelecidos quando da formulação do Programa. Os resultados do recadastramento das famílias, em vias de finalização, deverão nos esclarecer com maior precisão acerca das condições das famílias.



O tamanho dessas famílias também se enquadra na tendência firme e acelerada da diminuição do número de filhos, presente no Brasil em virtude do retardamento da idade da união conjugal, da idade da mãe na geração do primeiro filho, do espaçamento da concepção, com o uso mais amplo de métodos anticoncepcionais, e outras questões decorrentes de fatores econômicos, sociais e culturais².

Ainda que a gravidez tenha crescido em certas faixas etárias, como no caso das adolescentes — em especial as solteiras —, a redução dos nascimentos se mantém. WONG & MELO (1987), analisando dados referentes aos Censos Demográficos de 1970 e 1980 e do registro Civil, mostram, para o estado de São Paulo, a permanência dessa tendência a partir da década de 1970, visível na contribuição proporcional cada vez maior, para a fecundidade total, das mulheres na faixa etária de 15 a 19 anos. Assinalam ainda que a retração do número de nascimentos, comum a toda a população feminina (da ordem de 10%), atingiu proporcionalmente menos o grupo entre 15 e 19 anos (1%), na década de 1980.

² Em decorrência dos critérios de elegibilidade definidos para o Programa, só estão incluídas famílias com filhos em idade escolar.

Em São Paulo, segundo a mesma fonte, a taxa de fecundidade total sofreu alterações significativas, com o número médio de filhos por mulher em idade reprodutiva caindo de 5,8 em 1970 para 2,3 em 2000. No mesmo período, a taxa bruta de natalidade variou de 23 por mil para 21,2 por mil³.

Entre os fatores econômicos a que se têm atribuído essas mudanças, sobressai o firme crescimento da participação da mulher na força de trabalho, há mais de meio século. Uma descrição da predominância do emprego doméstico para a mulher⁴, evoluindo para firmas comerciais ou industriais⁵ — e até, na ausência absoluta de creches, assumindo a função de cuidadoras pagas de crianças da vizinhança —, é traçada por GOMES (apud CARVALHO, 1995). Mais recentemente, a informalidade e a precarização aprofundaram-se, no caso do trabalho feminino, fator que deve ser lembrado, apesar da expansão da participação feminina na força de trabalho. Outros agentes na queda de fecundidade são as mudanças sociais e culturais. Os avanços científicos sobre o processo de reprodução humana fizeram aumentar o controle que temos sobre ela, gradativamente desvinculando-a da sexualidade. A ancorou-se nisso significativa expansão da transformação cultural referente a valores e padrões sociais de comportamento.

É importante registrar que todos esses fatores vêm contribuindo com a alta desaceleração do ritmo de crescimento demográfico do país, outrora considerado sob o chamado risco de “explosão demográfica”⁶.

O impacto dessa desaceleração sobre a organização familiar não deve, entretanto, ser minimizado, especialmente se considerarmos a posição da família enquanto instituição especializada “na e para a reprodução quotidiana e geracional de seres humanos” (BILAC, B. apud CARVALHO, 1995) para além de outros papéis econômicos e políticos que incorporou historicamente. A modernidade trouxe a afirmação da individualidade, diminuindo as possibilidades de ampliação da solidariedade familiar e comunitária.

³ A gravidez na adolescência, que tem sido relacionada à maior incidência de abortos de risco e à mortalidade infantil, é considerada questão de saúde pública. Recentemente, a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo divulgou resultados de sua intervenção, baseada não apenas na informação acerca de contraceptivos, mas principalmente na mudança de postura dos adolescentes: houve uma queda de 26% no número de casos, no período entre 1998 e 2003. Tal cifra é considerada pelo órgão como bastante significativa, diante do acréscimo mencionado de 14,7% no mesmo período (Jornal *O Estado de S. Paulo*, 7/5/2004, p. A13). Os fatores sociais — entre eles o significado da maternidade, como acesso a *status* e projeto de vida — vêm ocupando lugar cada vez mais importante na avaliação e busca de solução no caso da gravidez entre adolescentes.

⁴ Na primeira e tradicional condição do mercado de trabalho para as migrantes aos centros urbanos.

⁵ Muitas nas mesmas atividades de limpeza, copa e cozinha.

⁶ O país passou de um crescimento demográfico de 3% ao ano em 1960 para 1,4% anual, em média, entre 1992 e 1999. Deve-se lembrar que essa queda significativa, entretanto, não parece ameaçar, mesmo a longo prazo, a manutenção de uma taxa consentânea com a substituição de gerações. Na estrutura demográfica, a corte abaixo dos 15 anos de idades representava 33%, com projeção de 23% para 2015 e provável estabilização a partir dessa data (IBGE, 2000).

Família e famílias

As modificações na composição do grupo familiar se dão de várias formas.

Famílias monoparentais

Tendência antiga, internacional, que se reforça cada vez mais nas últimas décadas, é a família monoparental, com a presença de apenas um dos cônjuges — em geral a mulher — e filhos. Entre as várias causas disso, é bastante conhecida a do aumento da concepção fora da união estável, freqüente entre parceiros relativamente temporários. A viuvez feminina é também uma delas. Estando hoje a expectativa de vida da mulher sete anos maior que a do homem, ela tende a sobreviver ao cônjuge, encontrando dificuldades maiores que as do homem de constituir nova união⁷. As separações, no caso das uniões civis ou de fato, estão ainda entre as causas importantes.

Apesar da consistência desses processos, é preciso ponderar dados atenuadores: a família monoparental não é a predominante no país: representa 30% das uniões conjugais, segundo estatísticas oficiais como censos e PNADs⁸.

Também estamos obrigados à superação da abordagem corrente, simplesmente descritiva, da presença de uma nova morfologia familiar. No trabalho com essa família, é essencial considerar o fato de que a mulher deve prover sozinha a subsistência do grupo, além dos cuidados tradicionais dispensados. Assim, precisa-se atentar para a precariedade das formas que seu trabalho assumiu nas últimas décadas. São oferecidas oportunidades temporárias e sem garantias, em modalidades e tipos mais fáceis de aceitação pela mão-de-obra feminina, com menor ou nenhuma qualificação. O resultado é a existência de diferença significativa nos níveis de sobrevivência econômica, muito mais baixos no caso das famílias sustentadas apenas pelo salário da mulher.

Tal fenômeno, conhecido como “feminilização da pobreza”, não é novo, nem brasileiro. É reconhecido internacionalmente⁹.

No caso brasileiro, a fenomenal concentração de renda determina, para as famílias de baixa renda, a tentativa de uma sobrevivência às custas do aumento de seu tempo de trabalho, do trabalho infantil, da restrição de compras e lazer, da economia no pagamento do transporte, andando a pé, e mesmo de um episódico aumento da renda, ao desfazer-se de bens. Enfim, corta-se onde é possível, podendo-se chegar à beira do inaceitável¹⁰.

⁷ A proporção de mulheres na faixa etária acima de 60 anos é de 56%. IBGE 2004.

⁸ É necessário verificar esse dado a partir de um corte de classe: o que ocorre, desse ponto de vista, nas famílias trabalhadoras pobres urbanas, no contínuo urbano-rural, na distinção regional, entre outras variáveis.

⁹ Mesmo quando os dois cônjuges estão presentes, a tendência de diferenciais de nível de vida é descrita, conforme resume a comparação entre as famílias *DINK* = *double income, no kids*, ou seja, com dois provedores e sem filhos, e as *SIMK* = *single income, many kids*, quer dizer, uma única renda e muitos filhos. Estas últimas sempre com tendência desfavorável quanto ao nível de vida (RHODES, ed., 1997).

¹⁰ SOARES (2003) comenta a insuficiência de cobertura das normas trabalhistas, as más condições de trabalho, os salários baixos e desiguais em relação aos dos homens, a ocupação dos empregos temporários, sem exigência de qualificação, ao lado do crescimento das responsabilidades domésticas

Essa situação está amplamente demonstrada pela Pesquisa de Orçamentos Familiares, realizada entre 2002 e 2003 e agora divulgada pelo IBGE: dos 48 milhões de famílias com renda mensal inferior a R\$ 3.000,00, 85%, quer dizer, 150 milhões de pessoas, gasta mais do que ganha. No caso das mais pobres, o gasto chega a 75% mais do que a renda. Daí o atraso nas contas e especialmente a queda da parcela destinada à aquisição de patrimônio, reforma da casa, poupança, que passou de 16,5% em 1975 para 4,8%, acusando o empobrecimento¹¹.

A presença de avós

Para a dinâmica da família, encontramos também a influência significativa de avós que compartilham a mesma casa. Eles representam um movimento contrário à tendência de diminuição do tamanho do grupo familiar. Avós que moram com a família produzem um efeito de ampliação do grupo familiar, com a convivência de três gerações no mesmo núcleo — em virtude do retardamento da saída dos filhos e netos do domicílio dos pais e avós, em geral por motivos financeiros, dada a insuficiência da economia na criação de empregos. É o aparecimento da chamada “conlongevidade”.

A explicação para esse fato encontra-se, em primeiro lugar, no aumento do contingente de pessoas em faixas etárias mais altas, consequência do envelhecimento populacional, por sua vez resultante do aumento da expectativa de vida e da diminuição proporcional da natalidade. A participação de pessoas com 60 anos ou mais na população brasileira mostrou uma aceleração significativa no ritmo de crescimento desde 1940, tendo mais que duplicado dessa data até 2001¹². Nesse ano, os idosos constituíam 9,1% da população, mantendo-se em ascensão posteriormente, com a taxa de 9,3% registrada em 2003¹³.

Para a comprovação de sua importância dentro do grupo familiar, acrescentam-se ainda dois fatores: do contingente de pessoas acima de 60 anos no país, 62,7% vivem com filhos e/ou com outros parentes; 77,7% deles são aposentados ou pensionistas¹⁴. Ao usufruir um pagamento regular — decorrente da própria política social relativa a benefícios de aposentadorias e pensões —, os avós tornaram-se, em muitos casos, os principais responsáveis pelo sustento da família. Os números mostram que essa participação é ainda maior no Nordeste do Brasil, onde os indicadores sociais são bem piores que os da região Sul¹⁵.

[trabalho não pago e não reconhecido socialmente], decorrente da retração dos serviços públicos aliada ao aumento das demandas criadas pela pobreza e pela exclusão social nas últimas décadas.

¹¹ Jornal Valor, 20/5/2004, p. A12.

¹² IBGE, 2003.

¹³ IBGE, 2004.

¹⁴ IBGE, 2004.

¹⁵ Na região Sul, mais desenvolvida social e economicamente, o benefício constitui 41,5% da renda familiar, e no Nordeste, com indicadores sociais bastante piores, 70,8%. Informações sobre o conjunto da situação de renda e patrimonial dos idosos em geral demonstram uma significativa mudança na sua posição de dependência no interior da família de baixa renda. Embora o rendimento médio mensal *per capita* das famílias dos idosos seja baixo, é superior ao do total das famílias brasileiras. Esses dados sobre a situação dos idosos brasileiros foram objeto de uma publicação especial do IPEA, ao final de 1999, com base nas informações obtidas a partir das PNDAs. Ver CAMARANO, A., org.

Reforço da solidariedade familiar no desempenho da política social

Mesmo sem ter sido previsto no desenho da política social brasileira, ou sido analisado suficientemente do ponto de vista teórico, o fato de avós sustentarem a família indica que as transferências intergeracionais assumem hoje um caráter bidirecional. Trata-se de mais uma evidência do peso, freqüentemente oculto, da família na distribuição de recursos.

Dada sua dinâmica originária, que inclui responsabilidade e solidariedade na distribuição interna da renda e dos cuidados, especialmente com os membros dependentes, a convivência familiar assume grande importância estratégica para que se viabilize, a duras penas, a sobrevivência material e afetiva.

Com a permanência de fortes laços, podem se desenvolver elevadas transferências materiais e imateriais dentro da família. A proteção social baseia-se grandemente na existência de trocas intergeracionais e de gênero, constantes e fundamentais para a sobrevivência de todos¹⁶.

Esse fato deve ser visto como uma grande participação da instituição familiar na reprodução social, processo de interesse de toda a sociedade e, portanto, de caráter público.

“A família, com sua divisão de responsabilidade e de trabalho, de acordo com o gênero e as gerações e com sua estrutura assimétrica de interdependências, é o parceiro explícito do Welfare State” (BALBO, 1977, 1984, apud SARACENO, C., 1994; tradução nossa). Ela não pode ser vista apenas como o espaço das relações privadas, que estão fortemente conectadas ao contexto social, num jogo de trocas de duas direções.

Dito de outra forma, trata-se de uma construção não apenas privada, mas pública. Mediante leis, normas, além de hábitos, valores e costumes, a conformação da família varia. Muitos outros instrumentos, como fiscal, oportunidades de trabalho, leis de casamento e sobre o patrimônio, são usados pelo Estado na moldagem dos padrões da existência familiar. Seu padrão de regulação não pode ser visto como autônomo.

Esse quadro da família, destacado para o PFF/SP/SP, vem, portanto, de encontro à discussão das alternativas de política social, nível estrutural em que se define grande parte da sua sorte.

Decorências para o trabalho socioeducativo

O comentário sobre as mudanças da família, feito anteriormente, mostra como é complexa a definição de uma metodologia do trabalho a realizar com ela. As dificuldades crescem pela consciência de se lidar com um objeto-sujeito que apresenta constantes mutações, numa transição acelerada nas últimas décadas.

¹⁶ Os laços familiares devem ser analisados como ampliados para além do grupo doméstico, contando-se muitas vezes com parentesco extenso, apesar da tendência das estatísticas oficiais, e também dos programas sociais, de lidar apenas com grupos definidos pelo domicílio. As relações de consaguinidade e afinidade se processam para fora do grupo doméstico, criando uma rede de obrigações e direitos, com participação de outras pessoas.

São tantas e tão profundas as transformações da vida familiar, que se pode aceitar o comentário de GIDDENS¹⁷ (2003) ao dizer que o casamento e a família “tornaram-se ‘instituições-casca’: ainda são chamados pelos mesmos nomes, mas dentro deles seu caráter básico mudou”.

Para uma visão do que permanece constante na família atual, podemos nos valer da concepção de Miotto (Apud CAMPOS, M. S., 2002), que lembra elementos gerais ao apresentar “a família como um espaço de pessoas: empenhadas umas com as outras; com relações familiares também construídas em relação com outras esferas, Estado, mercado, associações, movimentos [...]”.

Ao mesmo tempo, é imprescindível ir além da constatação genérica de que houve mudanças. Trata-se de conhecer quais os sentidos das alterações.

Desse ponto de vista, as já mencionadas tendências detectadas em sua mutação permitem afirmar que somos obrigados a considerar a família sob risco, apesar de sua reconhecida força. O risco se expressa duplamente, tanto na vulnerabilidade advinda da mudança nos vínculos afetivos e sociais como na sobrecarga trazida pela piora econômico-financeira.

Responsabilidades do âmbito doméstico: reconhecimento e socialização

Nessa linha de trabalho, é preciso definir conceitualmente — e promover — o nível dos cuidados que devem tornar-se responsabilidade pública, ao lado dos que permanecem no âmbito doméstico, o que acaba por quantificar e qualificar as necessidades de serviços sociais e de subsídios (GODINHO, T., apud CAMPOS, M. S., 2004).

Merece, assim, uma pesquisa mais aprofundada o trabalho doméstico não pago da mulher e a divisão desses encargos familiares, dentro de todo o grupo, em especial entre os cônjuges. O volume de tarefas e responsabilidades não é nada desprezível, bastando citar: cuidados diários com as crianças, alimentação, higiene, medicação, acompanhamento escolar e nos serviços de saúde; limpeza, reparos, compras para a casa; trato da roupa; alimentação e outros cuidados com adultos, incluindo idosos e eventuais pessoas doentes ou com deficiências.

A questão do modelo

Sabe-se que qualquer orientação da prática tem por base um objetivo a alcançar. No caso da família, coloca-se a divulgada questão do “modelo”. Qual? Quais? Nenhum? Do ponto de vista do trabalho socioeducativo, é indispensável reconhecer que, se são aceitas teoricamente as mudanças históricas dos modelos de família — sem, ao mesmo tempo, pretender a imposição de qualquer modelo —, é preciso incorporar esse princípio na prática.

¹⁷ O autor destaca especialmente a passagem do casal para uma posição central no sistema familiar e o casamento centrado na intimidade, na comunicação emocional, como grandes diferenças atuais.

Szymanski (1995) lembra as condições da proposta procedente da área clínica, de cuidados com a família, tanto no sentido de se distanciar das propostas rígidas de modelos familiares como no de se afastar da presunção de neutralidade no atendimento. A autora se refere à indicação de Hoffman: “O terapeuta pós-moderno vem para a família sem qualquer definição de patologia, sem qualquer idéia de quais estruturas disfuncionais vai procurar e sem qualquer idéia estabelecida sobre o que deve ou não mudar”.

Ao trabalhar dentro de quaisquer possibilidades de arranjos do grupo familiar, que sempre apresenta relações afetivas e modos de expressar-se próprios, Szymanski sugere o desenvolvimento de uma relação de cuidado em que todos estejam envolvidos de acordo com mudanças pessoais — levando à cessação da especialização fixa de funções dentro do grupo familiar.

Faz, entretanto, uma observação da maior importância: esta nova situação — não hierarquizada como a padrão — costuma ser vista pelas pessoas como uma experiência imposta, “não escolhida”, dada a força normativa do modelo de família nuclear burguesa ainda vigente (SZYMANSKI, H. apud CARVALHO, 1995). A sensibilidade para tal significado conferido à mudança pelas pessoas indica que não é simples favorecer certas trajetórias familiares.

O fracasso

As famílias sofrem por ainda viverem sob o padrão “institucional”, sem conseguir realizá-lo¹⁸ e também sem poder solucionar a questão, mediante a transição para o novo modelo. Este último está calcado, fundamentalmente, no aprofundamento do processo de individualização, característico da modernidade.

O fracasso como indivíduo, diante de um modelo — seja de família ou de sucesso social — que supõe recursos pessoais e sociais inacessíveis no curto prazo, e suas consequências, é processo bastante estudado em relação ao cotidiano e aos horizontes da classe trabalhadora.

AVENEL (2000) verificou o processo de interiorização da responsabilidade — leia-se também culpa — quanto a seus próprios problemas, com a decorrente experiência do “que eu não sou”, sentida como mais importante que a do “que eu não tenho”. O autor referiu-se a uma “tensão identitária”, entre a experiência pessoal e as expectativas sociais, expressa por pessoas moradoras de subúrbios, em estudo realizado na aglomeração de Bordeaux, dentro do que chamou “família ambígua”. Ele qualifica o processo como a “parte maldita da individualização”. E conclui que “a família é um ponto moral essencial, mas constitui igualmente uma armadilha que traça a linha de oscilação. Ela não está em crise, mas funciona tendo os ‘pés’ na precariedade econômica e a ‘cabeça’ no universo cultural das classes médias”.

¹⁸ Um número bastante expressivo de representantes referiu-se ao fato de não ter uma família. Esta seria apenas a família originária, que, em muitos casos, deixaram para trás ao migrar.

Tendências de mudança

De acordo com a análise vigente sobre o que parece ocorrer com o padrão de organização da família, pode-se verificar uma tendência de mudança. O percurso parte do casamento — concebido como instituição natural definida pelo cumprimento de papéis, responsabilidades e deveres em torno da necessidade e do desejo de ter filhos — e vai até a união fundada na satisfação afetiva dos cônjuges.

Torres (2002) propõe um esquema de compreensão, ao especificar e denominar três formas de casamento: “institucional”, basicamente motivado pelo interesse da fundação de uma família e da geração de filhos; “fusional”, unindo um projeto de amor conjugal à concepção de filhos; e “associativa”, constituída para a promoção de um bem-estar conjugal e familiar, supondo projetos de realização não só amorosa, mas de uma vida pessoal dos cônjuges e sem sacrifícios intoleráveis da autonomia individual — aspectos que norteiam a decisão reprodutiva do casal.

Nesse último caso, a perenidade da relação depende de concretizar e reafirmar o bem-estar afetivo e emocional. A autora explicita aí um contínuo de recuo da importância da parentalidade e avanço da conjugalidade dentro da união familiar. Ela ratifica o sentido apontado por Giddens (2003) para a transformação familiar, que se dirige para a centralização no casal e na intimidade do par.

Embora essas modalidades em geral sejam vistas numa seqüência histórica de aparecimento, a autora mostra a presença simultânea de cada uma delas em estudo conduzido recentemente na área metropolitana de Lisboa. No universo pesquisado, há variação da intensidade de adesão aos modelos definidos, com conseqüências nos vários processos envolvidos no casamento, entre eles o da identidade, da realização pessoal, da gestão dos recursos, dos sentimentos e afetos.

Sob esse aspecto, vale a pena analisar as possibilidades abertas às famílias com quem foi feito o trabalho no PFF/SP/SP e retomar a observação de Szymanski (1995) sobre o mal-estar das pessoas com o modelo menos institucionalizado, visto como “imposto”, e a realidade das famílias.

Falta aqui uma pesquisa de nossa realidade sobre a dinâmica familiar nesse percurso. A partir do material emergente nos grupos socioeducativos, pode-se assegurar que essa transição não se fez para a grande maioria das famílias. As condições objetivas e subjetivas parecem ser bastante desfavoráveis para tal. Em sua maioria, os relatos sobre a vida familiar convergem para a preocupação com a criação e educação dos filhos e com os obstáculos poderosos ao relacionamento e à constituição do par conjugal. É possível afirmar mesmo a existência de um desejo generalizado entre as mulheres de eliminar da relação o parceiro masculino.

A mulher: mãe e chefe de família

O fato corrente de a mulher ser considerada chefe de família — nos casos em que

ela não é o único adulto presente — provavelmente se liga à condição de trabalhadora e provedora importante no conjunto do grupo¹⁹.

De qualquer maneira, se há mudanças de lugares, também se transformam os papéis e, assim, relações e comportamentos. Ao levar em conta o efeito dessas mudanças, ROMANELLI (1995) aponta para as complexas formas de redefinição do poder e das relações entre gêneros no grupo familiar, ainda que chame a atenção para a permanência de relações hierarquizadas e do exercício da autoridade masculina na família e para situações diferenciadas entre as camadas sociais.

São ainda mais necessários, portanto, procedimentos para evitar o reforço da assimetria do tratamento de gênero dentro do grupo familiar, já decorrente, tradicionalmente, da ênfase socialmente conferida ao papel de cuidadora da mulher-mãe no modelo familiar padrão, e mesmo dentro dos programas sociais. Tais cuidados são preventivos da sensação de fracasso, analisada acima, auxiliando na destruição do processo de “culpabilização”²⁰, da mãe, diante de sua muito provável incapacidade de cumprir tal papel, de acordo com as expectativas sociais.

Segundo SOUZA (2000), é o caso do relevo dado à responsabilidade da mãe nos processos e dossiês do sistema de proteção à infância e juventude. Nos relacionados à violência doméstica, a identidade materna é avaliada e constitui fator de risco, se considerada negativa. Esperam-se como fatores positivos, por parte da mãe, a dedicação integral aos filhos, a afeição e a capacidade de *insight*.

Isso implica, como orientação geral, não continuar com a cobrança de certas competências da família e de seus membros. E mais: propiciar oportunidades para desenvolvimento dos papéis femininos, maternos, paternos e de todos os familiares — com a expansão do provimento de oportunidades auxiliares a seu trabalho de “cuidado”. Entre essas oportunidades estão programas e serviços sociais — em relação aos membros não auto-suficientes da família.

Na ponderação dos fatores de estabilidade e transição dos modelos familiares, vale lembrar, ainda com TORRES (2002): na forma “associativa” — distante da realidade das famílias com que se trabalhou no PFF/SP/SP —, atinge-se maior indiferenciação dos papéis de gênero quanto à atribuição das responsabilidades domésticas e familiares.

Evitar o estigma — sem cair na indiscriminação — no reconhecimento da diversidade familiar

Uma das questões mais importantes, quanto a esses papéis e distinções, é a atenção relativa às famílias monoparentais. O termo foi usado pela primeira vez na França,

¹⁹ É fundamental desvendar como se dá o registro das informações sob essa nomenclatura, substituída nas estatísticas oficiais por “pessoa de referência” e registrada por autodeclaração da pessoa que responde pela família aos quesitos do formulário para o domicílio.

²⁰ Palavra corrente na Psicologia, para designar atribuição de culpa. A expressão “blaming the victim” exprime um tipo de processo freqüente nas relações sociais.

em 1975, com o objetivo político de permitir que se estendessem a elas os benefícios (“alocações”) familiares (SEGALEN, 1999)²¹. Com base em Lefaucher, a autora afirma que a palavra veio substituir os termos “família em risco” e “família marginal”.

Escapar de termos que estigmatizem famílias situadas fora do padrão nuclear pode, como neste caso, aumentar a atenção do sistema de proteção social em relação a elas, por possibilitar o reconhecimento do déficit de recursos disponíveis para a família fazer face à criação e à educação dos filhos. Ao mesmo tempo, é necessário ter claro que o emprego do termo “família”, para as múltiplas conformações apresentadas pelas entidades familiares, tende a estender excessivamente o significado primitivo da palavra e obscurecer o fato de que esta já não denomina a mesma realidade, no sentido da mencionada observação de Giddens [2003].

Certamente, trabalhar com benefícios direcionados à família, do ponto de vista da política social, pressupõe conceber a validade de estratégias de proteção social desenvolvidas junto a uma instância coletiva, tratada como unidade integrada. E reconhecer a instituição familiar enquanto tal não exclui, ao mesmo tempo, a necessidade de evitar a indiscriminação quanto à diversidade dos conjuntos familiares e das demandas individuais dentro deles.

Para corresponder às exigências do debate entre as alternativas de um sistema baseado em benefícios e direitos individuais, ou fundados em parte na família, é fundamental conhecer e analisar a interioridade desses conjuntos familiares. Com isso, evita-se aprofundar desigualdades entre os membros, na medida em que estes são considerados também em sua individualidade.

Historicamente legitimado pela afirmação feminista, o procedimento de atribuir mais responsabilidades à mulher pode seguir a tendência social vigente de aumentar a carga de cuidados já atribuída a ela. Ou seja, essa forma de proceder não é neutra em relação à estruturação familiar atual e do futuro.

Ao mesmo tempo, é preciso lembrar: quando o sistema de proteção social não provê recursos auxiliares às tarefas domésticas, dar mais obrigações à mulher aponta para o seu afastamento de um trabalho profissional — ainda que precário — que ela possa desejar. Há que se considerar a situação desfavorável do mercado, mas também o respeito ao direito da mulher de baixa renda de seguir a luta emancipatória travada por suas congêneres de classe média.

Orientações metodológicas diante das formas familiares em transição

Ao considerar a situação relativa às formas como se dão e são vivenciadas as relações familiares íntimas, a orientação do trabalho socioeducativo seguiu um duplo caminho

²¹ SEGALEN, ao comentar que não se tratava de um fenômeno novo, mas apenas mais evidente no momento, narra a motivação para a adoção do termo, já que seria injusta a proteção apenas às famílias nucleares. Uma conquista foi a introdução dessa nomenclatura para fins censitários, pelo INSEE, em 1981.

Consistiu em apoiar e abrir possibilidades para o desenvolvimento da família em suas funções institucionais tradicionais — favorecer o desempenho parental e conjugal exigido — e ao mesmo tempo abrir perspectivas para relações novas, no sentido da valorização da autonomia individual e da vivência de uma “democracia” interna ao grupo familiar.

Assim, foram consideradas as formas familiares em transição. Elas são notórias quanto à posição da mulher, como aparece neste depoimento: “Eu não consigo trabalho. A minha mulher trabalha. E eu não consigo lugar nesta família” (GUIMARÃES, 2002).

Além de um sinal de confirmação do diferencial de empregos disponíveis para homens e mulheres, a queixa revela a mudança de lugares na condição de provedor dentro da família.

Conclusões

As medidas de política social tomadas em determinado momento têm impactos futuros. Por conta de fatores do contexto social e do próprio desenvolvimento da política social, que apresentam empecilhos estruturais ao desenvolvimento da família, deve-se, enfim, advertir sobre o alcance limitado das medidas tomadas no trabalho socioeducativo.

SARACENO (1994, 1998) e FERRERA (2000) admitem a interdependência entre condições socioeconômicas e situação demográfica e mostram as conseqüências da posição da família, dentro da estrutura do Estado de Bem-Estar Social italiano, para sua própria transformação.

Segundo eles, a necessidade de equilibrar tendências — a solidariedade esperada entre as gerações, a longa dependência dos jovens em relação à família (sem emprego), a demanda de cuidados proveniente do aumento do número de idosos não auto-suficientes, a aspiração à segurança econômica e a um grau de autonomia pessoal — fez com que a família pendesse para a redução do número de filhos, o que acentuou o envelhecimento da população, ameaçando o equilíbrio demográfico e, conseqüentemente, a vida econômica e social.

Há hoje expressiva preocupação com essa tendência demográfica acentuada. FERRERA (2000) reconhece “uma espécie de círculo vicioso: uma configuração institucional originalmente concebida para servir a família está agora a erodir as próprias fundações, desencorajando, precisamente, a reprodução familiar”.

Esse quadro é característico da Itália e dos países da Europa meridional, no modelo de proteção social chamado de latino. Não se apresenta com a mesma clareza e força no caso do Brasil, mas seus traços estão refletidos aqui, o que realça as difíceis saídas para a situação da família assim construída.

Ao estudar a família, é possível ver o círculo formado, que evidencia interdependências entre economia, sociedade e cultura e deve ser considerado em qualquer intervenção que se pretenda empreender em relação a ela.

Considerando, portanto, as possibilidades históricas atuais, o primeiro fundamento do trabalho é o reconhecimento do tipo e intensidade possíveis e desejáveis das relações familiares, dentro e fora do grupo. Ou seja: a compreensão exata do alcance e dos limites atuais da família, tanto do ponto de vista da produção da subjetividade como da estruturação da sociedade. Essa definição é, naturalmente, muito difícil.

Sobre a necessidade de fortalecer a família, uma orientação básica é que se trata de trabalhar no sentido de apoiá-la como um espaço a ser cuidado — não um objeto, um instrumento para diminuir conflitos resultantes das carências não-atendidas (MIOTO, 2001).

Por essa razão, nossa definição metodológica inclui o trabalho junto às instâncias responsáveis para construir políticas que estruturam o campo da proteção social, sem a excessiva fragmentação atual. A convivência com os grupos — respeitando sua privacidade — permite conhecer a realidade das demandas básicas das famílias que mais as sensibilizam em termos de urgência de soluções. Esse convívio dá oportunidade para estimular ações de mudança que incluem a participação dos representantes das próprias famílias.

A experiência do PFF/SP/SP mostra que a iniciativa dos profissionais levou a um relativamente bem-sucedido desenho de como atuar na ampliação direta das condições dadas pela sociedade no provimento de respostas aos direitos sociais — mesmo sem a previsão inicial de recursos para isso.

Nesse particular, os eventos e iniciativas que reúnem organizações, poder público, forças sociais e famílias participantes do PFF/SP/SP nas regiões, além dos resultados específicos alcançados, funcionaram como mote estruturante do trabalho quinzenal dos grupos. As reuniões socioeducativas, realizadas imediatamente antes e depois dos eventos, serviram-se deles para fomentar debates — com troca de informações e experiências — e iniciativas, fortalecendo o relacionamento interno dos grupos.

Essa forma de trabalhar fornece pistas para a atuação simultânea com grupos de famílias de tamanho variado e evita formatá-los apenas com determinado número de componentes. A experiência tem mostrado as áreas de maior interesse e preocupação dos participantes, em que é possível concentrar as informações, análises e perspectivas de solução. É essencial resguardar a espontaneidade do aparecimento das questões entre as famílias, mesmo dentro da seqüência temática proposta, que procura cobrir os aspectos essenciais contemplados para o trabalho socioeducativo no PFF/SP/SP.

Quanto às relações familiares internas, as reuniões de grupos deram abertura para que essas relações mostrassem sua importância e para que se manifestassem os fatores que as tornam conflituosas e instáveis. Isso abriu campo para a tentativa de superação das dificuldades práticas e teóricas da definição do trabalho socioeducativo, em relação a essa dimensão, tratada no nível íntimo.

Referências bibliográficas

- AVENEL, C. "A família ambígua: O caso dos moradores dos subúrbios populares de Bordeaux". In: PEIXOTO, C. E.; SINGLY, F. de; CICCHELLI, V. *Família e individualização*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- BILAC, E. D. "Família: algumas inquietações". In: CARVALHO, M. C. B. de (org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: Cortez, 1995.
- CAMARANO, A. A. (org.). *Muito além dos 60: Os novos idosos brasileiros*. Rio de Janeiro: Ipea, 1999.
- CAMPOS, M. S. "Principais idéias [Destaque livre e rápido]". PFF/SP/SP. Documento interno, set. 2002.
- _____. *Trabalho com famílias*. v. 2, texto n. 1. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2004. (no prelo).
- _____; MIOTO, R. C. T. "Política de assistência social e a posição da família na política social brasileira". Brasília, rev. Ser Social, UNB, n. 12, p. 165-190, jan./jun. 2003.
- DIAGONAL URBANA e Secretaria de Assistência Social da Prefeitura do Município de São Paulo. "Relatório analítico — Renda Cidadã". São Paulo, jul.-nov. 2002.
- ESPING-ANDERSEN, G. *Social foundations of postindustrial economies*. New York: Oxford University Press, 1999.
- FERRERA, M. "A reconstrução do Estado social na Europa meridional. Análise social". Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 151/152, vol. XXXIV, p. 457-475, Lisboa, inverno de 2000.
- GIDDENS, A. *Mundo em descontrolo: O que a globalização está fazendo de nós*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2003.
- GOMES, J. V. "Família: cotidiano e luta pela sobrevivência". In: CARVALHO, M. C. B. de (org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: Cortez, 1995.
- GUIMARÃES, R. F. "Famílias: uma experiência em grupo". Rev. Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, ano XXIII, n. 71, set. 2002.
- IBGE. *Síntese de indicadores sociais 2001*. Rio de Janeiro, 2000, 2002 e 2003.
- Jornal O Estado de S. Paulo. São Paulo, 7/5/04.
- Jornal Valor. São Paulo e Rio de Janeiro, Ano 5, n. 1.014, de 20/5/04.
- MIOTO, R. C. T. *Novas propostas e velhos princípios*: Subsídios para a discussão da assistência às famílias no contexto de programas de orientação e apoio sócio-familiar. Fronteras, 94-102. Montevideo: Departamento de Trabajo Social — Facultad de Ciencias Sociales — Universidad De La Republica, set. 2001.
- ROMANELLI, G. "Autoridade e poder na família". In: CARVALHO, M. C. B. de (org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: Cortez, 1995.
- RHODES, M. (ed.). *Southern European Welfare States: Between crisis and reform*. London: Frank Cass, 1997.
- SARACENO, C. *Mutamenti della famiglia e politiche sociali in Italia*. Bologna: Società Editrice Il Mulino, 1998.
- _____. "The Ambivalent Familism of the Italian Welfare State". In: *Social Politics*, 60-82. Illinois: University of Illinois, spring 1994.
- SEGALEN, M. *Sociologia da família*. Lisboa: Terramar, 1999.
- SOARES, L. T. *O desastre social*. Rio de Janeiro, Record, 2003.
- SOUZA, M. P. *A publicização da violência de pais contra filhos no município de Florianópolis*. São Paulo: PUC-SP, 2000. (Tese de doutorado.)
- SZYMANSKI, H. "Teoria e 'teorias' de famílias". In: CARVALHO, M. C. B. de (org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: Cortez, 1995.
- TORRES, A. "Casamento: conversa a duas vozes e em três andamentos". Revista Análise Social. Lisboa: ICS, n. 163, verão 2002.
- WONG, L. R. L.; MELO, A. V. de. "Gravidez na adolescência". In: Rev. São Paulo em Perspectiva, 1 (1): 30-6, abr./jun. 1987.

Texto

7

Interdisciplinaridade no trabalho socioeducativo

Osmar Cavalcante

Patrícia Cintra Mortara

“O fundamental no conhecimento não é a sua condição de produto, mas o seu processo. Com efeito, o saber é resultante de uma construção histórica, realizada por um sujeito coletivo.” (SEVERINO, 1995: 172)

Introdução

Para tratar da interdisciplinaridade é necessário explicitar a concepção de metodologia assumida no Programa Fortalecendo a Família — PFF/SP/SP. Entende-se por metodologia uma construção teórico-prática, onde se expressam concepções de mundo, sociedade e homem, ao mesmo tempo em que se elaboram propostas e ações concretas de intervenção sobre o real. Estão envolvidas construção conjunta e coletiva, articulação entre teoria e prática. Essa articulação significa que a teoria serve de norte, pois contém a visão de mundo e homem. Ao mesmo tempo, é a prática que sustentará ou redimensionará a teoria. É o que se chama de práxis, a reflexão metódica da ação concreta, apreendendo os sentidos e significados contidos no real.

Dessa forma, não é possível uma metodologia já pronta antes de se iniciar a prática, ou, no caso do PFF/SP/SP, antes de se começar o trabalho efetivo com as famílias. Isso não significa desenvolver um trabalho sem parâmetros. Mas, que as diretrizes¹ propostas no início precisam ser qualificadas pela prática e mesmo inseridas num contexto social e histórico mais amplo. No programa, a metodologia envolve a construção de um novo conhecimento a partir da prática e da teoria da Psicologia e do Serviço Social.

A produção de conhecimento ao longo da história é, e será sempre, reflexo do momento em que ele foi engendrado. Nas sociedades contemporâneas, a crise dos paradigmas na construção do saber apresenta os dilemas, os conflitos, as crises, as dúvidas, as incertezas que ocorrem no conjunto das relações sociais.

A idéia de edificação da ciência sob um único modelo já não é pertinente. Questiona-se a fragmentação do conhecimento, a concepção unidisciplinar, a especialização, a teoria desvinculada da prática.

No âmbito acadêmico, destacam-se grandes dilemas : especialização versus formação generalista; disciplinaridade *versus* inter, multi ou transdisciplinaridade, e dicotomia entre teoria e prática.

A proposta de trabalho interdisciplinar no PFF/SP/SP pressupõe a construção de uma nova visão que respeite o conhecimento e a prática já produzidos nas áreas da Psicologia e do Serviço Social, e procure desenvolver ações interdisciplinares que reflitam as experiências do trabalho socioeducativo.

Desafios

“O discurso humano, real e concreto, é aquele pronunciado pela prática histórica que se configura na continuidade do cotidiano. Mais uma vez impõe-se afirmar que é na prática que se opera a síntese entre teoria e prática.

[...] tanto a prática produtiva quanto a prática política só se tornam práticas humanas porque são atravessadas por uma terceira dimensão específica do agir humano: trata-se da simbolização, da prática simbolizadora.

[...] Pode-se sintetizar essa tomada dos homens sobre o mundo como uma constituição do sentido, a própria base de sua capacidade simbolizadora [...] uma construção histórica e coletiva do objeto pelos sujeitos.

[...] Mas se o sentido do interdisciplinar precisa ser redimensionado quando se trata do saber teórico, ele precisa ser construído quando se trata do fazer prático. Rompidas as fronteiras das disciplinas [...] impõe-se considerar que a interdisciplinaridade é condição também da prática social.” (SEVERINO, 1995:159; 162-3; 173)

¹ Diretrizes constantes no convênio: ampliar o universo cultural, social e informacional das famílias; identificar e fortalecer as potencialidades das famílias e dos recursos da região; acompanhar e estimular as famílias para seu desenvolvimento social e pessoal; estimular a inclusão dos membros das famílias na rede de serviços socioassistenciais disponíveis na região; dar oportunidade às famílias de acessar bens, recursos e serviços produzidos pela sociedade disponíveis nas regiões e na cidade; organizar as demandas por serviços, programas e políticas sociais.

Os desafios dessa construção são inúmeros. Em agosto de 2002 a Universidade de Stanford, nos Estados Unidos, promoveu um congresso sobre interdisciplinaridade, em que reuniu dezenas de estudiosos de diferentes áreas para debater a possibilidade de um trabalho conjunto. O resultado foi um manifesto, publicado na *Folha de S. Paulo* (2002), que aponta três visões sobre o tema.

A primeira visão refere-se a uma relação complementar entre as diferentes especializações científicas ou acadêmicas. Na segunda, acadêmicos de campos diferentes e com projetos individuais dedicam-se a pesquisar interdisciplinarmente numa mesma instituição. E, finalmente, um trabalho que se desenvolve abarcando diversas disciplinas acadêmicas “cujos efeitos ninguém pode prever e cujos resultados potenciais, não poderiam ter sido produzidos isoladamente”. (*Folha de S. Paulo*, 24/11/02)

O manifesto ainda conclui que não há interdisciplinaridade sem um triplo risco: de um diálogo entre disciplinas que não tenham estabelecido um terreno comum por meio de conceitos fundamentais compartilhados; de gastar dinheiro em projetos que podem ser impossíveis de executar; e de investir tempo em discussões que não ofereçam resultado imediato e/ou visível.

O PFF/SP/SP assumiu o primeiro risco: profissionais das áreas da Psicologia e Serviço Social compartilharam os conceitos fundamentais de sujeito de direitos, autonomia e cidadania. Juntos, eles desenvolvem ações socioeducativas e criam uma metodologia de trabalho com famílias.

Esse trabalho partiu do reconhecimento das necessidades, inseguranças, potencialidades das famílias atendidas. No decorrer do processo, elas adquirem informação, desenvolvem auto-estima, autonomia, constroem vínculos sociais e projetos coletivos. A proposta articula a dimensão individual, familiar, grupal e coletiva, de forma a buscar a inserção dos beneficiários no circuito do território e da rede de segurança social. Toda a construção da metodologia partiu da visão do homem como sujeito de direitos que constrói a sua história.

Conforme afirma Severino (1998), o saber interdisciplinar precisa ser elaborado na prática social: esse é o processo que o PFF/SP/SP tenta implementar, com todos os riscos que se possa correr.

É um compromisso ético inadiável: ler a realidade social que se apresenta de forma crítica. “Romper barreiras disciplinares, utilizando-se, sabiamente, da solidez inegável que elas comportam para engendrar o interdisciplinar, considerando o mais pleno exercício e elogio à diversidade e os tempos de cada um.” (CASCINO, 1999: 35)

Um ano depois da efetivação desse trabalho social surgiram questionamentos. Saber o que é específico e o que é comum para os profissionais e estagiários de Serviço Social e Psicologia. E descobrir se é possível a construção de uma prática que rompa a fragmentação disciplinar das especialidades.

A metodologia na prática

Para situar a memória deste trabalho social, é preciso examinar o que já foi realizado, e se reveja o que está acontecendo para antever o amanhã.

A prática coletiva desenvolvida no PFF/SP/SP expressou-se nas diferentes atividades: reuniões socioeducativas, seminários temáticos e teóricos, supervisões com as equipes de trabalho, supervisões de estagiários de Serviço Social e Psicologia e acompanhamentos teórico metodológicos (ATMs) e reuniões das Equipes de Metodologia e Monitoramento. Essas atividades contextualizaram e revelaram tudo aquilo que a princípio podia parecer óbvio.

Nesse trabalho formaram-se atores sociais: representantes de famílias, técnicos e estagiários, gerentes regionais (com atitude de mediação junto às lideranças territoriais formais ou não), profissionais de SAS, gerente geral e profissionais das equipes de monitoramento e de metodologia. Tais atores enfrentaram grandes desafios, ao mesmo tempo que criaram com ousadia algo inovador, original.

Procurou-se, na prática, estar à disposição de uma população sem voz e também de profissionais em formação (graduados e graduandos). Essa atitude possibilitou a construção de um saber vivenciado, ainda em sistematização, que permitiu reconhecer um novo enfoque sem desprezar o árduo caminho já percorrido, da tradição à inovação².

As atividades planejadas e desenvolvidas pelos profissionais e estagiários foram norteadas pela construção de uma metodologia socioeducativa da autonomia, da família, da territorialidade, da interdisciplinaridade³, da subjetividade, da cidadania.

As falas dos participantes dos grupos relatadas nas reuniões de supervisão estão repletas de sentidos. O modo de vida e as estratégias de sobrevivência fazem eco na história de vida de profissionais e estagiários, que ressignificam sua compreensão da realidade social vivida pelos representantes de famílias em processo de extremo empobrecimento, resultado das determinações socioeconômicas.

As experiências nos grupos de representantes de famílias, a articulação de vários saberes, das palavras, dos sentidos e dos atos emergem e adquirem significados novos para todos os envolvidos no PFF/SP/SP. A análise foi elaborada nesse processo. Expectativas, dúvidas, incertezas, proposições, inquietações alinharam-se na construção de uma ação socioeducativa em um programa de transferência monetária, na periferia do município da cidade de São Paulo.

O protagonismo de cada ator expressou-se durante os seminários temáticos/oficinas⁴. Foram projetos e experiências ricas de redescobertas, possibilidades, significados, e de consciências que nos reportam às colocações de Severino (1998). Segundo esse autor, é possível o sujeito apreender o significado objetivo do real. A consciência humana é capaz de uma atividade contra-ideológica, na medida em que denuncia as formas dissimuladoras de discursos. Avança, assim, para outras modalidades que assumem a objetividade das

² Como profissionais sociais reconhecemos e trabalhamos com as diferenças, ampliando o discurso-ação-reflexão e nos propondo a uma nova prática.

³ Interdisciplinaridade é uma categoria de ação, uma atitude diante do conhecimento, dada a complexidade que envolve o fenômeno como afirma Fazenda (1991); o trabalho socioeducativo desenvolvido com os representantes de Famílias no PFF/SP/SP, é uma discussão do signifiante no coletivo partindo dos conceitos: Autonomia — Cidadania — Território — Família.

⁴ Uma análise pode ser encontrada no texto “A construção dos direitos no cotidiano” de CASTRO E SILVA e col.

determinações e dos condicionamentos sociais aceita, inclusive, as limitações daí decorrentes para sua atividade resultante da prática concreta e da condição existencial.

Todos que trabalharam na implantação do programa fizeram parte da ação e procuraram visualizar a realidade vivida pelos representantes de famílias e pelos profissionais e estagiários de Psicologia e Serviço Social. A situação exigiu não só flexibilidade mas também acuidade teórica dos profissionais e os representantes tiveram de enfrentar a sobrevivência em territórios inseguros e vulneráveis.

Academicamente “trata-se também de uma qualidade, de uma capacidade de pessoas que pessoal ou coletivamente não perderam o seu equilíbrio em situações adversas e violentas [...] Talvez o que pudéssemos dizer é o que se pretende ao tornar as pessoas mais resilientes nas sociedades emergentes por meio da educação e da formação, é prepará-las para uma certa invulnerabilidade que lhes permite enfrentar com flexibilidade, ‘elasticidade’ e persistência situações altamente adversas, agressivas, agressivas e até desconcertantes e violentas em que a vida certamente as colocou” (TAVARES, 2001: 198-9).

Diálogo entre disciplinas

A educação pode atuar na formação da consciência, ao tornar operacional uma ação política mais adequada. Nas reuniões, as famílias expressaram-se quando falaram, pintaram, escreveram, sonharam, choraram, silenciaram, ao se fitarem com as mais diversas formas de olhares.

Todo o trabalho socioeducativo propiciou, pelo seu caráter de construção de um processo, não só o desenvolvimento das famílias, como atores sociais, mas também uma formação continuada a todos os envolvidos nesse trabalho.

Num primeiro momento, o desafio foi estabelecer o diálogo possível entre Psicologia e Serviço Social. O segundo desafio, ponto de convergência de ambas disciplinas, foi o trabalho social junto às famílias. A idéia de interdisciplinaridade se efetivou nessa ação. Do processo, que parte da ação para a reflexão, nasceu uma nova práxis.

“A reflexão sobre a realidade em que nós enxergamos ou procuramos enxergar nosso próximo e a comunidade, estejamos ou não nela inseridos, deve necessariamente passar pelos caminhos, nem sempre lineares da ambigüidade, procurando tornar familiar o que nos é estranho e estranho o que nos é familiar.” (SOUZA, 1999: 159)

Essa prática foi elaborada em diversos momentos envolvendo profissionais e estagiários de Psicologia e Serviço Social: atendimento às famílias, seminários, supervisões, reuniões, entrevistas.

Conclusão

A interdisciplinaridade é um grande desafio que se coloca a todos os profissionais, de diferentes áreas. A formação profissional tem um caráter específico e disciplinar. O que é específico do Serviço Social e da Psicologia para graduados e graduandos gera questões

que foram respondidas durante a execução do programa: as próprias reuniões nos grupos socioeducativos resultaram em uma prática da atuação profissional que estava implícita. E propiciaram o desenvolvimento do trabalho na direção do sujeito de direito, da subjetividade individual e social. Um fazer que se expressou em diferentes tipos de escuta, em função das especificidades das áreas.

Um saber que se traduziu em cada seminário realizado dentro de cada módulo e garantindo a especificidade curricular através de supervisão para Serviço Social e Psicologia. Ao se iniciar esse trabalho socioeducativo atuou-se como profissionais inaugurais de uma prática de não ter parâmetros já organizados e metodologicamente descritos em que se possa balizar para o desenvolvimento da pesquisa da própria prática (FAZENDA, 1991). A intenção do trabalho socioeducativo foi norteadas por concepções como território, grupo, família, subjetividade e outros⁵.

Essas mesmas concepções não se colocaram antes da ação, mas foram produzidas a partir dela. a intenção socioeducativa

“Interdisciplinaridade é condição também da prática social. Com efeito toda a ação social atravessada pela análise científica e pela reflexão filosófica é uma práxis e, portanto, coloca tanto as exigências da eficácia do agir quanto as de elucidação do pensar.” (SEVERINO, 1995: 173)

Referências bibliográficas

- CASCIANO, Fábio. “Interdisciplinaridade, vontade e força: exercício de afirmação de vida”. In: FAZENDA, Ivani. *A virtude da força nas práticas interdisciplinares*. Campinas: Papirus, 1999.
- FAZENDA, Ivani. *Interdisciplinaridade: um projeto de parceria*. 1991. (Tese de livre docência.)
- Folha de S. Paulo, São Paulo, 24.11.2002. Caderno Mais. Congresso sobre interdisciplinaridade, realizado em agosto na Universidade de Stanford (EUA). Manifesto traduzido por Paulo MIGLIACCI.
- SEVERINO, Antonio Carlos Joaquim. “O uno e o múltiplo: o sentido antropológico do interdisciplinar”. In: JANTSCH, Ari Paulo; BIANCHETTI, Lucidio. (orgs). *Interdisciplinaridade para além da filosofia do sujeito*. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.
- _____. *Educação, sujeito e história*. São Paulo: Olho D’Água, 2001.
- _____. “O conhecimento pedagógico e a interdisciplinaridade, o saber como intencionalização da prática”. In: FAZENDA, Ivani (org.). *Didática e interdisciplinaridade*. Campinas: Papirus, 1998.
- _____. “O poder da verdade e a verdade do saber”. In: MARTINELLI, Maria Lúcia (org.). *O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber*. São Paulo: Cortez; Educ, 1998.
- SOUZA, Luiz Carlos Pereira. “Atitude interdisciplinar: virtude e força nas realidades cotidianas”. In: FAZENDA, Ivani. *A virtude da força nas práticas interdisciplinares*. Campinas: Papirus, 1999.
- TAVARES, José. Resiliência. In: FAZENDA, Ivani. *Dicionário em construção: interdisciplinaridade*. São Paulo: Cortez, 2001.

⁵ Indicadores estes expressos nos diferentes textos construídos pela equipe de metodologia.

Texto **8**

Subjetividade e transformação social

Edna Maria Peters Kahhale

Introdução

O presente texto analisa a relação indivíduo e sociedade num programa de transferência monetária de renda que objetive a ampliação da inclusão social das famílias atendidas. Trata-se do que é subjetividade e da direção assumida no programa: a constituição do sujeito de direitos, ator da transformação social. A abordagem do tema leva em conta o caráter social e histórico do psiquismo humano e a articulação dialética entre subjetividade e objetividade, indivíduo e sociedade.

No Programa Fortalecendo a Família — PFF/SP/SP, essas articulações estão expressas nos conceitos de sujeito de direitos, autonomia e cidadania. São explicitados os indicadores assumidos no PFF/SP/SP a respeito do tema. Finalmente, a título de exemplo, são examinadas situações do cotidiano das famílias atendidas que expressam os conceitos abordados.

Subjetividade individual e social

A psicologia social estuda os fenômenos sociais na sua dimensão subjetiva. É nessa área que se insere esta análise da relação do indivíduo com a sociedade. Para compreender tal relação, é necessário situá-la historicamente.

A separação dicotômica entre indivíduo e sociedade é fruto do processo de desenvolvimento das ciências humanas, especialmente da psicologia. Esta, para compreender e explicar o homem, sujeito individual portador de uma experiência subjetiva particular, tentou fazê-lo dentro dos parâmetros da ciência moderna¹.

¹ Objetiva, metódica, sistemática, empírica e experimental.

Tal perspectiva levou a uma divisão entre subjetividade e objetividade, expressa na oposição entre indivíduo e sociedade — vistos como exteriores um ao outro. Ao mesmo tempo, foram propostas visões naturalísticas e não históricas para explicar o humano. Criou-se uma noção de “verdadeiro eu”, e foram desvalorizadas as influências sociais. Estas assumiram o caráter pressões que impedem um suposto e abstrato “eu” de ser o que “natural” e “verdadeiramente” deveria ser.

Para superar essa oposição propõe-se uma integração dialética entre indivíduo e sociedade, na qual o homem,

“em vez de racional, individual e natural, é ativo [o homem da ação, do trabalho], social [o trabalho só se realiza em sociedade] e histórico [a ação, em sociedade, do homem sobre a natureza transforma a natureza e o próprio homem, dentro de condições sociais determinadas]. E a realidade ou a natureza não pode ser pensada sem a presença do homem que a transforma” (GONÇALVES; BOCK, 2003:49).

A postura aqui assumida afirma que o homem se constitui socialmente. Ele constrói as condições sociais e históricas em que vive; ao mesmo tempo em que é produto e produtor das condições objetivas de sua sobrevivência. O homem é um ser único, a envolver uma unidade contraditória entre corpo e psiquismo². A análise aqui apresentada baseou-se na concepção de que psiquismo e consciência

“representam a unidade do subjetivo e do objetivo, a unidade que depende do sujeito, do estado de seu sistema nervoso, de sua experiência individual, de sua situação social, de suas condições de vida, etc. e do que não depende deles, mas é condicionado pela realidade e a reflete” (CHEPTULIN, 1982:98).

No conjunto social, por meio de mediações como a linguagem, o homem desenvolve sua consciência, sua forma de significar o mundo. Este conjunto psicológico de significações — sentidos pessoais — orienta o homem nas suas ações (AGUIAR; BOCK; OZELLA, 2001).

“[...] falar do fenômeno psicológico é obrigatoriamente falar da sociedade. Falar da subjetividade humana é falar da objetividade em que vivem os homens. A compreensão do ‘mundo interno’ exige a compreensão do ‘mundo externo’, pois são dois aspectos de um mesmo movimento, de um processo no qual o homem atua e constrói/modifica o mundo e este, por sua vez, propicia os elementos para a constituição psicológica do homem” (BOCK, 2001b:22).

A subjetividade não é algo que vem de “fora” e aparece dentro do indivíduo, pois se a entendermos assim mantém-se a dualidade indivíduo e sociedade, sem fazer a superação dialética necessária. Assim, a subjetividade

² O psiquismo, uma expressão subjetiva da realidade, exprime a capacidade do cérebro humano, desenvolvida a partir do trabalho humano e da expansão social, intermediada pela linguagem.

“não é algo que aparece somente no nível individual, mas que a própria cultura dentro da qual se constitui o sujeito individual, e da qual também é constituinte, representa um sistema subjetivo, gerador de subjetividade” (GONZALEZ REY, 2003:78).

“(...) o sujeito representa a singularização de uma história irrepitível, capaz de ‘captar’ elementos de subjetividade social que somente serão inteligíveis ao conhecimento por meio da construção de indicadores singulares presentes nas expressões individuais”. (GONZALEZ REY, 2003: 136).

A introdução da categoria subjetividade social é uma forma de superar a dicotomia indivíduo e sociedade, além de romper com a visão de que a subjetividade seria um fenômeno apenas individual. É a oportunidade de entendê-la com um sistema complexo produzido de forma simultânea no nível social e no individual,

“independentemente de que em ambos os momentos de sua produção reconheçamos sua gênese histórico-social, isto é, não associada somente às experiências atuais de um sujeito ou instância social, mas à forma em que uma experiência atual adquire sentido e significação dentro da constituição subjetiva da história do agente de significação, que tanto pode ser social como individual. (...)”

Assim, por exemplo, a configuração subjetiva da família, que tem toda uma história de elementos de sentido que deixam de ter um caráter individual para passar a ser ‘ordenadores’ dos diferentes aspectos da vida familiar, como são os códigos morais que delimitam o espaço da vida familiar, a articulação das relações entre os membros, o tipo de padrão emocional dominante nos espaços interativos da família, a sugestão das questões de gênero e idade na família, etc. pode ser seriamente desafiada, e entrar em processos de transformação diante de modificações em outras zonas de subjetividade social que implicam de forma profunda os diferentes membros da família. Portanto, os elementos de sentido que integram a configuração subjetiva de um espaço social concreto estão de forma permanente relacionados a elementos de sentidos procedentes de outras zonas e espaços da vida social que afetam os membros de cada agência social, os quais na sua condição de sujeitos, empreendem novos caminhos que acabam sendo elementos de transformação no status que o engendrou” (GONZALEZ REY, 2003: 202, 204).

Subjetividade do ponto de vista da saúde

Saúde é um processo de equilíbrio ativo que se expressa na qualidade de vida dos sujeitos e da comunidade da qual fazem parte. “Entendemos que a saúde psicológica dos sujeitos está exatamente na possibilidade de enfrentar cotidianamente o mundo, de modo a interferir nele, construindo soluções para dificuldades e problemas que se apresentam” (BOCK, 2001:161). Neste sentido, saúde e qualidade de vida serão sempre projetos de vida individual e coletivo.

O trabalho desenvolvido pela psicologia, pelo serviço social e pelas áreas afins deve dar novos significados e refazer projetos de vida. Cumprir esse objetivo muda a possibilidade de intervenção dos sujeitos no cotidiano. A subjetividade, como forma humana de construção do mundo de significações, permite organizar a realidade na dimensão subjetiva e atuar na dimensão objetiva construindo-a. Tal processo possibilita a constituição do sujeito de direitos, foco do trabalho do PFF/SP/SP.

Faz-se necessário que os projetos individuais tornem-se sociais. Isso demanda políticas públicas integradas com foco no desenvolvimento da cidadania. Os profissionais das áreas que trabalham com o social e com a saúde têm papel importante como facilitadores do desenvolvimento desse projeto individual e coletivo.

É esse processo de constituição do sujeito, quando ele apreende suas determinações, que tem sido foco do trabalho socioeducativo no Programa. Trata-se da perspectiva de uma subjetividade expressa na busca de melhor qualidade de vida, de saúde. As famílias atendidas pelo programa são capacitadas a construir projetos coletivos na direção de melhor qualidade de vida — de cada uma e da região onde estão territorialmente inseridas.

Promover saúde e cidadania induz a população a ter controle e a desenvolver sua própria qualidade de vida. É um processo diretamente relacionado com a construção da subjetividade individual e social que se expressa no desenvolvimento da consciência individual e do grupo. Envolve trabalhar com toda a população e não só com a população em situação de risco ou vulnerável (AYRES, 1997; Coordenação Nacional de DST/AIDS, 1999 e 2000)³.

Para tanto, a informação precisa ser acessível a todos. Ela é o primeiro passo para se assumir controle e responsabilidade sobre as ações de cidadania. Os passos seguintes são reflexão e organização individual e dos diferentes grupos que compõem o território para as ações se efetivarem. O resultado é o exercício do controle social sobre as políticas públicas e sociais. Estas dependem de vontade política — de participação pública e concreta de todos os atores envolvidos na direção de melhorar a qualidade de vida de toda população (FRANCO E MERTHY, 1999; IYDA, 1992; BERLINGUER, 1993).

A perspectiva de promoção de qualidade de vida com as dimensões apontadas permite o desenvolvimento do exercício de cidadania pois os indivíduos se apropriam de suas determinações. Ao mesmo tempo, os grupos territorializados podem criticar e re-significar sua subjetividade. Assim, o trabalho do profissional precisa promover a capacidade de intervenção transformadora do homem sobre o mundo cotidiano.

Nas situações em que ocorre uma fragilização do indivíduo, o trabalho deve oferecer condições para interromper esse processo. Nisso se incluem a apropriação e a produção de novos sentidos pessoais e a inserção da pessoa no engajamento coletivo na luta por melhores condições de vida. Toda intervenção não pode deixar de considerar a historicidade dos processos envolvidos. Isso significa vincular o homem à sociedade e ao seu contexto social e histórico, considera que tudo pode ser diferente, que o desenvolvimento humano é um processo dialético e histórico.

³ Quando se tem uma população em situações de grande exclusão social, com sua vulnerabilidade aumentada, as políticas públicas devem priorizar o atendimento a essas populações neste processo de promoção de saúde e de qualidade de vida, como é o caso do PFF/SP/SP.

No PFF, o trabalho em grupos socioeducativos com as famílias se apresenta como um dos espaços para que os indivíduos se constituam como sujeitos, a sua história e fazendo parte de um contexto mais amplo da comunidade e da sociedade em que vivem.

Uma das dimensões fundamentais para isso é o resgate da história da família por meio do representante no grupo. Ela é uma referência fundamental de sua identidade, pois diz respeito a origem e lócus de nascimento. Também o grupo que começa a se formar cria e articula sua própria história com aquela da família do representante. Torna-se possível uma nova forma de inserção social, com a identidade grupal como outro aspecto a ser considerado.

Esse tipo de trabalho foi tema de alguns encontros grupais (reuniões socioeducativas), onde se reconstruiu a trajetória das famílias: local de nascimento, dos pais, endereço atual, como se constituíram como família, sonhos deixados para trás, sonhos ainda presentes. Foram várias as estratégias empregadas: relatos, desenhos, músicas, recortes de álbuns de família.

A história diz respeito ao tempo e às sucessivas experiências a partir das quais o sujeito se constitui. Muitas vezes a pessoa não se apercebe do lugar onde se dá sua história. E se o faz, em geral, é de forma provisória, fragmentada ou precária. Com este trabalho, começa a se instalar a idéia de um espaço significativo no qual o sujeito nasce, vive e circula. Dessa forma, a territorialidade se concretiza no espaço dos grupos e resulta em pano de fundo do desenrolar dos mesmos. E junto com a constituição do grupo, vai propiciar ações de controle social e a constituição da subjetividade social.

A transformação social a partir do trabalho socioeducativo com famílias em situação de exclusão social é uma utopia possível. A ação se insere nesse processo dialético, social e histórico. No entanto, é importante deixar claro que o desenvolvimento do sujeito de direitos, apesar de ser o centro das reuniões socioeducativas, ultrapassa os limites destas. O processo do grupo deve proporcionar atividades coletivas externas a ele. Por exemplo, no território próximo ao local das reuniões, no subdistrito e/ou na cidade. O grupo torna-se um processador de políticas públicas.

Para tanto, é necessário analisar e enfrentar fatores econômicos, ambientais, sociais, pessoais. Isso implica numa atuação macro em face de políticas públicas e organizacionais, ou seja, uma reorganização dos serviços e dos equipamentos de atenção social. É preciso fortalecer e construir redes e suportes sociais.

No PFF, essa dimensão de inserção territorial e de formação de redes sociais tem sido cuidada pelas gerências regionais ao viabilizarem o trabalho com as famílias junto com as equipes de SAS. Ou por meio de reuniões com as entidades sociais, com os diferentes setores das subprefeituras e na organização e concretização de feiras de oportunidades e/ou de talentos na região.

Conceitos adotados

O processo de constituição do sujeito — neste caso, os representantes de famílias — expressa-se na apreensão dos sentidos e significados construídos por elas ao longo da vida. O objetivo é essas famílias se formarem como sujeitos de direitos e se tornarem atores

sociais, por meio da discussão em grupo, da troca de experiências e informações, da elaboração de respostas. Esse desdobramento permite fazer projetos pessoais e grupais.

Num programa como este, é necessário analisar qual direção o trabalho deve tomar, qual seu projeto político⁴. Isso envolve uma decisão política: qual projeto social se almeja. A questão da subjetividade e transformação social está inserida nessa decisão. Há o compromisso de viabilizar a utopia da inclusão social (SPOSATI, 2000), dialeticamente associado com os conhecimentos produzidos nas áreas sociais e de saúde, que norteará as decisões sobre os focos do trabalho com as famílias em programas socioeducativos.

Na construção e concretização do trabalho junto às famílias decidiu-se promover subjetividade e transformação social: explicitar a direção dada a essa discussão sobre direitos. Daí a inclusão de parâmetros/conceitos, que permitissem dar o salto do processo individual ao coletivo, da subjetividade individual à social. Dois conceitos foram adotados pela Equipe⁵ de Metodologia do PFF: autonomia e cidadania.

“Uma pessoa autônoma é um indivíduo capaz de deliberar sobre seus objetivos pessoais e de agir na direção desta deliberação. Respeitar a autonomia é valorizar a consideração sobre opiniões e escolhas, evitando, da mesma forma, a obstrução de suas ações” (IEE, 2003:17).

Além do conceito de autonomia, a concepção metodológica delineada até o momento sugere a importância de não restringir a ação ao contato direto com os grupos de representantes de famílias tratando-os no âmbito de suas relações internas. As demandas e necessidades expressas devem ser articuladas para uma participação social mais ampla. Isso possibilita e desenvolve ações coletivas de controle social e podem resultar em implementação e aperfeiçoamento do atendimento público em termos de serviços, programas e políticas públicas. É a passagem da necessidade ao direito, do indivíduo ao sujeito que expressa o exercício da cidadania, construído na relação com os outros.

A autonomia refere-se à capacidade de cada sujeito dar conta de sua vida, dos cuidados necessários para que a sua vida caminhe. No caso dos representantes das famílias, o Programa pretende que sua autonomia favoreça melhores condições de vida familiar, relacionadas principalmente aos cuidados e à educação das crianças e adolescentes.

Para alguém exercer sua capacidade de ser autônomo necessita condições objetivas. Mesmo que a pessoa tenha aumentado o seu grau de autonomia pessoal, pouco poderá fazer sem outras mudanças necessárias. Por isso, tornou-se imprescindível buscar outro conceito que contemplasse a perspectiva de mudança das condições sociais para o exercício e desenvolvimento da autonomia: a cidadania. Esta significa a passagem da subjetividade individual à social.

Almeja-se um sujeito capaz de dar conta de sua vida e de sua família. Mais: um sujeito de transformação social e de participação coletiva. Só assim será possível o desenvolvimento de políticas públicas que atendam às demandas reais da população.

⁴ Para uma análise mais detalhada sobre a dimensão política em programa de transferência de renda vide *Possibilidades abertas pelo Programa Fortalecendo a Família*, de Marta Campos, 2003.

⁵ Compõem a equipe de Metodologia: Marta Campos, Edna Peters Kahhale, Chica Guimarães, Marília Pardini, Luzia Baierl, Carlos Roberto de Castro e Silva Osmar Cavalcante e Patrícia Mortara.

Neste salto da subjetividade individual para o coletivo, o trabalho com as famílias tem possibilitado o desenvolvimento de algumas dimensões (ainda que a palavra não expresse toda riqueza do processo) de apropriação de si como sujeito de direitos. A pessoa participante do grupo se vê como representante de uma família, como representante num grupo. O grupo se enxerga como tal (uma coletividade com objetivos e tarefas acordadas em comum), encaminha as demandas e elabora soluções grupais. Esses exemplos funcionam como indicadores do processo de passagem da necessidade ao direito, para a constituição do sujeito de direitos, singular e coletivo.

“(Cidadania) é aqui considerada como o reconhecimento de acesso a um conjunto de condições básicas para que a identidade do morador de um lugar se construa pela dignidade, solidariedade (...). Esta dignidade supõe não só o usufruto de um padrão básico de vida, como a condição de presença, interferência e decisão na esfera pública da vida coletiva” (SPOSATI, 2000:4).

O texto citado fala de “morador”. Pode-se supor então um local de moradia geograficamente definido, um território. Menciona também “dignidade” e “solidariedade” como elementos constitutivos da cidadania. Trata, ainda, “de presença, interferência e decisão na esfera pública da vida coletiva”. Então, “território”, “solidariedade” e “presença e interferência na esfera pública da vida coletiva” compõem os elementos fundamentais que indicam a direção a ser tomada pelo trabalho com os grupos.

Deve-se funcionar como agentes facilitadores, por exemplo, na formação de redes de solidariedade e de participação social e política bem como de redes sociais. É a passagem do território geográfico para a construção de um território vivido, apropriado e cidadão.

Indicadores

Até o presente momento foram discutidos os parâmetros utilizados no PFF/SP/SP quanto à articulação entre subjetividade e transformação social. Essa articulação está expressa na constituição do sujeito de direitos, tendo como padrões autonomia e cidadania. É necessário agora explicitar quais são os indicadores sociais assumidos como decorrência desses conceitos.

“Os indicadores sociais se prestam a subsidiar as atividades de planejamento público e formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo, possibilitam o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população por parte do poder público e sociedade civil e permitem aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança social e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos sociais” (JANNUZZI, 2001:15).

No PFF/SP/SP foi preciso construir uma metodologia que permitisse apreender a dimensão qualitativa do trabalho junto às famílias nas reuniões socioeducativas. A proposição dos indicadores teve como orientação a análise de SCHRADER (2002:15) quando afirma que indicadores “são dados que nos dão esclarecimentos sobre estruturas, processos, objetivos, desempenhos, valores e opiniões”.

A intenção foi abarcar o processo de constituição do sujeito de direitos, foco deste trabalho. Mais do que isso, foi avaliar o trabalho e poder repropô-lo. Por isso, não foi possível assumir a compreensão de indicadores só como medidas quantitativas, com significado substantivo, utilizados para quantificar ou operacionalizar um conceito abstrato (JANNUZZI, 2001; SCHRADER, 2002).

Os indicadores previamente estabelecidos⁶ nos estudos sobre família e as estatísticas públicas disponíveis não abarcavam essa dimensão qualitativa e articulada de autonomia e cidadania em grupos socioeducativos com famílias. Já se dispunha de indicadores para avaliação individual das famílias, expressa no cadastro único de famílias (vide Relatório Analítico produzido pela equipe de Monitoramento)⁷. Assim, os indicadores, foram propostos considerando o conteúdo e a direção a ser dada aos conceitos de autonomia e cidadania expressos nos direitos⁸, que no entender do Programa inclui necessariamente a dimensão grupal⁹.

Foram elaborados indicadores que contemplam essa dimensão qualitativa — e produzem a estatística necessária na área de trabalho com grupos de representantes de famílias. Tal estatística será um dos produtos finais do registro do trabalho socioeducativo desenvolvido com as 13 mil famílias atendidas. Os indicadores assumidos referem-se ao trabalho socioeducativo desenvolvido no PFF/SP/SP e contemplam duas dimensões: o tema e a direção da discussão na reunião socioeducativa. Possibilitam o acompanhamento, monitoramento e avaliação dessa atividade. Ao mesmo tempo, servem de diretrizes para o profissional planejar e conduzir as reuniões.

Esses indicadores permitem identificar o processo de constituição dos grupos dentro da própria reunião e ao longo do tempo. O processo de passagem do individual ao coletivo, da subjetividade individual à subjetividade social.

Nos indicadores referentes ao *Tema da reunião*, são explicitados os assuntos que podem ser ou que foram trabalhados durante a reunião socioeducativa. Os temas prováveis das reuniões estão formulados em dez indicadores (PFF/SP/SP; questões relacionais e os direitos de cidadania)¹⁰.

O indicador “PFF” trabalha com a problemática vivida e trazida pelas famílias inseridas no programa. O indicador “questões relacionais” trabalha com as relações familiares (conjugalidade e parentalidade) e outras.

Os indicadores de direitos de cidadania abarcam todos os direitos previstos na Constituição Brasileira (direito a saúde; a previdência e assistência social; civis e políticos;

⁶ Indicadores explicitados nas *Normas operacionais básicas para o PFF/SP/SP*, Resolução SEADS n. 20/01 de 16/11/01.

⁷ Compõem a equipe de Monitoramento do PFF/SP/SP: Mariângela Belfiore Wanderley, Carola Carbajal, Dirce Koga, Frederico Ramos, Vergílio Alfredo dos Santos.

⁸ Os indicadores aqui expostos estão concretizados na *Ferramenta para registro das reuniões socioeducativas*, modelo novo, informatizada e disponível no site: www.sigs.com.br.

⁹ Considerada em termos de ações e projetos assumidos em pequenos e grandes grupos.

¹⁰ Cada um destes temas estará contemplado em textos próprios, por isso não entraremos na discussão e detalhamento dos mesmos. São eles que articulados com a direção da discussão dão a dimensão da subjetividade e transformação pretendida no Programa.

a segurança; a educação; ao trabalho; ao lazer/esporte/cultura; a habitação), trabalhando com dimensões de serviços, qualidade, acesso.¹¹

Indicadores: temas e direção da discussão

<i>Indicadores</i>	<i>Composição</i>
Temas	<ul style="list-style-type: none"> • PFF • Questões relacionais • Direitos
Direção da discussão	<ul style="list-style-type: none"> • Queixas/preocupações ou ações (como o tema foi trabalhado) • Sujeito (quem contribuiu/participou) • Objetivo da ação (aonde se chegou com a discussão)

O indicador “direção da discussão” fornece informações sobre como o tema foi trabalhado; quem participou, contribuiu no grupo e onde se chegou com esse tema durante a reunião do grupo de famílias em atividade socioeducativa. Tal dimensão está expressa em três indicadores: “tipo de ação” (queixas/preocupações ou proposição de ações); “quem é o sujeito da ação” e, quando a atuação no grupo for proposta de ações, qual o “objetivo da ação proposta”.

A direção da discussão pode estar focada em queixas e/ou trocas de informações e preocupações, tendo como sujeito dessas trocas o indivíduo representante da família, ou: o próprio grupo (membros e coordenadores), as famílias representadas, a vizinhança/território, o PFF/SP/SP, outros programas sociais, a sociedade e os poderes públicos.

Ao analisar os sujeitos (propostos como indicadores) das queixas/preocupações percebe-se um aumento de complexidade que poderia indicar o processo de se apropriar de suas determinações e ampliar a apreensão do cotidiano vivido, saindo do falar de si mesmo para falar da sociedade. Quando o foco de participação ficou em queixas/preocupações, a discussão e estas famílias no grupo estão no campo das necessidades e não dos direitos.

Outro salto na direção da constituição do sujeito de direitos e da conseqüente transformação social se dá na passagem das queixas (campo da necessidade) às ações, no campo dos direitos. Indica o processo de constituição do sujeito de direitos. É o sujeito ativo, transformador de si mesmo e da realidade que o cerca, dialeticamente singular e coletivo.

A direção da discussão na reunião passa a ser a construção de ações, que novamente pode ter como sujeito desde o próprio representante da família até a sociedade e/ou os poderes públicos. Cabe também um olhar sobre qual objetivo desta ação: buscar informações; autocuidado; ações de promoção e prevenção de saúde e/ou qualidade de vida; organização de demandas que levem a políticas públicas; encaminhamento de demandas de serviços e/ou equipamentos existentes no território; levantamento de serviços e/ou equipamentos existentes no território; buscar formas de inserção em outros programas sociais (federais, estaduais, municipais); propor e organizar formas associativas no território; propor e organizar atividades coletivas: festas, feiras; propor e integrar-se em movimentos sociais, entidades, grupos organizados.

¹¹ Consultar www.sigs.com.br (registro de reunião socioeducativa, novo modelo). Todos os aspectos estão detalhados e o site permite uma visualização ágil.

A direção da discussão

<i>Indicador</i>	<i>Composição</i>
Direção da discussão	Sujeito <ul style="list-style-type: none"> • Próprio indivíduo • Próprio grupo • Famílias representadas • Vizinhança/território • PFF/SP/SP • Outros programas sociais • Sociedade e os poderes públicos
	Objetivo da ação <ul style="list-style-type: none"> • Buscar informações • Autocuidado • ações de promoção e prevenção • organização de demandas que levem a políticas públicas • encaminhamento de demandas de serviços e/ou equipamentos existentes no território • levantamento de serviços e/ou equipamentos existentes no território • buscar formas de inserção em outros programas sociais • propor e organizar formas associativas no território • propor e organizar atividades coletivas • propor e integrar-se em movimentos sociais, entidades, grupos organizados

Conclusão

Como se pode concluir, autonomia e cidadania estão articuladas indissoluvelmente. A dimensão da cidadania, que indica uma participação ativa nos rumos da sociedade, não está dissociada do que acontece na família por meio de um aumento da capacidade de autonomia de seu representante no grupo socioeducativo. A autonomia é uma condição fundamental para que a família possa ter seus direitos respeitados e efetivados. Mas é insuficiente: as condições para a efetivação de tais direitos estão muito longe de serem as ideais, principalmente para a parcela da população atendida pelo Programa.

É importante associar esta dimensão à discussão sobre interdisciplinaridade e construção coletiva. Não se trata de transpor modelos de determinadas classes sociais para as famílias atendidas, mas de construir novos modelos que permitam caminhar para a superação das contradições vividas pelas famílias em situação de exclusão social.

Subjetividade e transformação social e sua expressão em indicadores como os propostos serão temas sempre em aberto se for assumido seu caráter social e histórico. Porém, a título de conclusão provisória propõe-se o relato de um trabalho realizado no PFF/SP/SP com os representantes das famílias nos grupos socioeducativos.

Alguns grupos da região de Pedreira, em Santo Amaro¹², quiseram conhecer as diversas entidades sociais existentes no território próximo ao local das reuniões e de suas moradias. Neste processo, organizaram-se para levantar quais entidades existiam, quem era o responsável, quais seus objetivos e agendar horários de visita. Ao ir a pé ao local, o grupo pôde conhecer melhor seu território. Ao mesmo tempo, debateu com os responsáveis pelas entidades a respeito dos objetivos, do funcionamento da entidade, dos critérios de atendimento, das atividades propostas. Conheceram-se melhor, conheceram e se apropriaram do território onde viviam. Começaram a discutir e propor alternativas de critérios e ações para as entidades, e algumas representantes de família chegaram a freqüentá-las.

Espera-se que o exemplo descrito possa oferecer uma idéia sobre a complexidade da articulação entre subjetividade e transformação social e de seus indicadores.

Referências bibliográficas

- AGUIAR; BOCK; OZELLA. "A orientação profissional com adolescentes: um exemplo de prática na abordagem sócio-histórica". In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M. e FURTADO, O. [orgs.] *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. São Paulo: Cortez, 2001. p. 163-178.
- AYRES, J. R. de C. "Vulnerabilidade e AIDS: para uma resposta social à epidemia". Boletim Epidemiológico: AIDS — Vulnerabilidade. C. R. T. — DST/AIDS, ano XV, n. 3, dezembro, 1997. p. 2-4.
- BERLINGUER, G. *Questões de vida* (ética, ciência, saúde). Salvador, São Paulo; Londrina: APCE; Hucitec; CEBES, 1993.
- BOCK, A. M. B. "A prática profissional em psicologia sócio-histórica". In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M. e FURTADO, O. [orgs.]. *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. São Paulo: Cortez, 2001. p. 159-162.
- CHEPTULIN, A. *A dialética materialista: categorias e leis da dialética*. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.
- INSTITUTO DE ESTUDOS ESPECIAIS — IEE/PUC-SP [org.]. *Desafios da gestão social pública*. São Paulo, 2003. (Publicação interna.)
- FRANCO, T. B.; MERHY, E. E. "Programa de Saúde da Família: contradições e novos desafios". In: IANNI, Áurea Maria Zöllner; BÓGUS, Cláudia Maria (eds.). *Anais. Saúde na cidade: como garantir a qualidade de vida na cidade?* Congresso Paulista de Saúde Pública (17-20 de outubro: Águas de Lindóia). São Paulo: APSP, 2000. P. 145-154. v.2.
- GONÇALVES, M. G. M.; BOCK, A. M. B. "Indivíduo-sociedade: uma relação importante na psicologia social". In: BOCK, A. M. B. [org.]. *A perspectiva da psicologia sócio-histórica na formação em psicologia*. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 41-99.
- GONZÁLEZ REY, F. *Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- IYDA, Massako. "Saúde pública: reprodução e legitimação". In: SPÍNOLA, A. W. P.; SÁ, E. N. C.; WESTPHAL, M. F.; ADORNO, R. C. F.; ZIONI, F. (coords.). *Pesquisa social em saúde*. São Paulo: Cortez, 1992. p. 53-57.
- JANNUZZI, P. M. *Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações*. Campinas: Alínea, 2001.
- SCHRADER, A. *Métodos de pesquisa social empírica e indicadores sociais*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- SPOSATI, A. *Cidade, território, exclusão/inclusão social*. Texto apresentado originalmente no Congresso Internacional de Geoinformação — GEO Brasil/2000, São Paulo, Palácio das Convenções (16/06/2000).

¹² A regional tinha como gerência Maria Elisa Barbosa de Almeida (psicóloga) e Maria de Lourdes Hipólito Santana (assistente social).

Modo de preparar

- Refeça e quite esfriada sem a
temperar.

- Coloque duas colheres de caldo Kinner
dissolvido na refogada.

- Passar novamente no pão

- Anunciar a 1ª semana com
presunto e murroale e passar a
refogada de frango e passar por
diante.

Calvin com papel alumínio, levar a
geladeira até o dia seguinte.

Obs: tirar a levedadura do pão